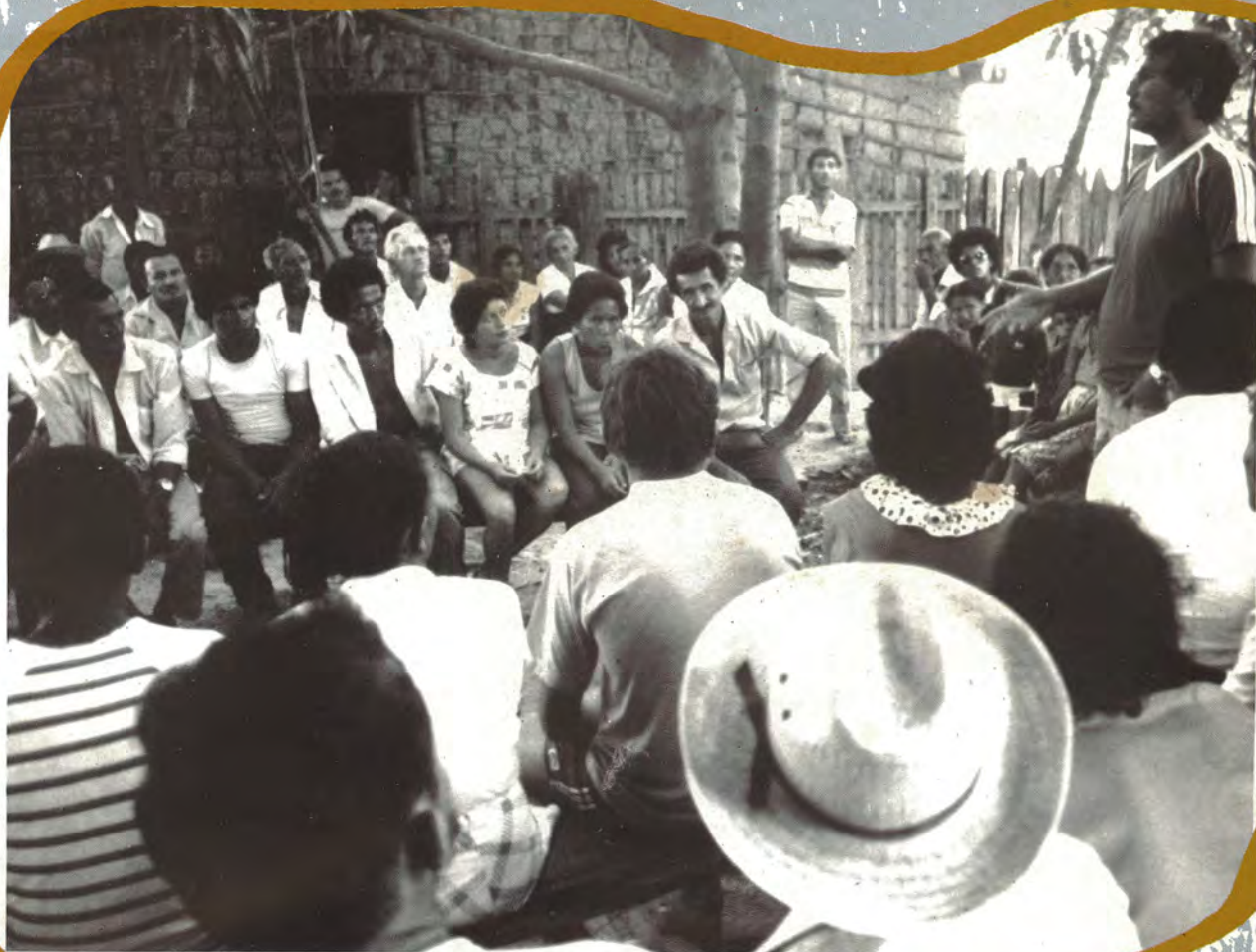


tempo e presença

Publicação do CEDI Número 257 Ano 13 Cr\$ 400,00



QUESTÃO AGRÁRIA Diversidade e abrangência



QUESTÃO AGRÁRIA EM DEBATE



A complexificação da estrutura social brasileira está exigindo análises mais aprofundadas e atualizadas dos diversos segmentos que a compõem. Elas não podem fundamentar-se apenas em verdades adquiridas, esquemas rígidos nem contentar-se com reflexões generalizantes. Os próprios movimentos populares reclamam interpretações mais completas, que incluam, não só os grandes marcos estruturais, como também as especificidades de situações e de segmentos sociais distintos, o dinamismo do processo, os elementos culturais forjados nesse mesmo processo.

Desafios e questionamentos novos se apresentam a todos os envolvidos com a questão agrária no Brasil (partidos, sindicatos, universidades, igrejas, organizações não-governamentais e outros). São desafios dos movimentos de trabalhadores rurais; de seus sindicatos, das centrais sindicais; e mais, das várias categorias sociais presentes no campo; da integração de novos atores políticos – sem-terra, atingidos por barragens, seringueiros, etc.

A perspectiva das análises se amplia. Além da visão dos trabalhadores rurais e dos cientistas sociais, incluem-se enfoques de novas categorias de conhecimento que enfatizam aspectos diversos das situações rurais. Sente-se a necessidade de se valorizarem, cada vez mais, o significado e a importância do simbólico na cultura das populações rurais.

A nova política agrícola brasileira dá continuidade a uma estrutura fundiária altamente concentrada; à verticalidade de medidas governamentais, sem planejamento sequer das regras, para a constituição e administração dos estoques reguladores. É mistificadora de uma proposta de modernidade. Ou seja, da confiança cega nas leis do mercado livre e na lógica da eficiência pela competição. No caso da produção agrícola e nas relações internacionais, parece desconhecer a velha história de protecionismo, subsídios e intervenção do Estado na agricultura dos

países capitalistas desenvolvidos.

Também, na elaboração dos planos governamentais, repete-se o antigo erro de se tomarem certas projeções técnicas como dados da realidade. É como se a política fosse simples instrumento dos técnicos e burocratas. Dessa forma um governo pretensamente novo e moderno repete e, até mesmo, regride a surradas práticas e concepções políticas.

Há, sem dúvida, outras facetas a serem analisadas para atualização do debate sobre a questão agrária. Certamente, um destaque vai para a problemática da previdência social rural. As políticas de saúde e previdência estão dentro de um quadro político e econômico amplos e se inserem num conjunto de condições que envolvem interesses de atores sociais com perspectivas e posições completamente diferentes e até opostas.

Analisando a previdência no campo, de fato se constata certas especificidades, novas questões e outros tipos de conflitos. A consciência de seus direitos leva o trabalhador rural a descobrir simultaneamente a situação de injustiça e de discriminação em que vive.

A repetida violência contra líderes sindicais e agentes políticos rurais mostra, hoje, novas facetas e razões para esses crimes. A dinamização do processo democrático e eleitoral, e a extensão dele aos municípios rurais, acirram contradições na disputa do poder local. A possibilidade dos grupos dominantes perderem hegemonia frente à concorrência com lideranças de trabalhadores nos pleitos municipais desencadeia outros assassinatos de lideranças rurais, amplamente noticiados, porém pouco reprimidos pelos poderes públicos.

Tempo e Presença dedica este número à questão agrária no Brasil de hoje. Pretende, com a análise de variadas situações, enriquecer reflexões e debates que estão sendo realizados e que podem fortalecer a prática social dos movimentos dos trabalhadores rurais no Brasil.

QUESTÃO AGRÁRIA

Configuração da questão

Regina Reyes Novaes introduz histórica e conceitualmente a questão agrária no debate mais amplo dos desafios atuais à política e novos sujeitos sociais em cena no Brasil. (página 5)

O “velho” como moderno no campo

É demonstrado através do artigo de Renato Maluf que sob o neo-liberalismo do governo Collor, mantêm-se o curso das perdas e deterioração social no campo. (página 10)

RUBEM ALVES

Sobre o “diabo” da dor...

“Foi aí que me lembrei do Diabo. Porque a dor é coisa dele. De Deus é que não é, pois se Deus gastasse o seu tempo em me fazer sofrer, não seria melhor que um torturador.” Rubem Alves fala sobre o encontro com a realidade pessoal última após o fim das defesas... (página 42)

Organizações se pronunciam

A Central Única dos Trabalhadores, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, apontam para a carência de um projeto democrático entre campo e cidade no País. (página 30)

Saúde e previdência social no campo

“Determinadas situações anteriormente atribuídas à esfera das relações e responsabilidades familiares, tais como doença, invalidez, velhice, passaram a ser gradativamente associadas aos direitos decorrentes da condição de trabalhador rural assegurado.” Odaci Luiz Coradini analisa os significados que a política de saúde e a previdência social rural podem trazer nos processos de luta social e política. (página 20)

AMÉRICA LATINA

Dolarização da economia se aproxima

O austral, moeda argentina, passa a ser secundária, subsidiária, atrelada ao sistema monetário norte-americano. Paulo Schilling analisa a última reforma financeira da Argentina e os efeitos da dolarização. (página 44)

SUMÁRIO

Questão Agrária

- 5 QUESTÃO AGRÁRIA, HOJE?
Regina Novaes
- 10 MODERNIZAÇÃO, MERCADO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR
Renato Sérgio Maluf
- 14 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
“A PROFECIA QUE SE CUMPRE POR SI MESMA”
Aurélio Vianna
- 16 BARRAGEM DE SOBRADINHO INTERMINÁVEL VIA-SACRA
Ruben Alfredo de Siqueira
- 20 AS POLÍTICAS DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL
Odaci Luiz Coradini
- 24 OS SERINGUEIROS E A REFORMA AGRÁRIA
Elder Andrade de Paula
- 27 SINDICATO NA MIRA DO PODER LOCAL
Entrevista com o Padre Ricardo Rezende

- 30 AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE COLLOR PARA O CAMPO

- 34 APOIO LUTERANO À RESISTÊNCIA
Elleamar Wvojahn e Edelberto Behs

Desenvolvimento

- 37 O ESTADO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: “A DÉCADA PERDIDA”
José Márcio Camargo

Dívida Externa

- 40 A CRISE FINANCEIRA E A CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM ECOLOGIA
Paulo Davidoff C. Cruz

Rubem Alves

- 42 ENTRE O MARTELO E A BIGORNA

Teologia

- 44 O DIVINO DESCONHECIDO
Ivone Gebara

Cotidiano

- 45 MORTES PÚBLICAS, ANÔNIMAS E COTIDIANAS
Esther Maria de M. Arantes
Maria Lúcia do Eirado e Silva

América Latina

- 46 DO NACIONALISMO DE PERÓN À DOLARIZAÇÃO DE MENEM
Paulo R. Schilling

Bíblia Hoje

- 48 “AOS SEUS ELE O DÁ ENQUANTO DORMEM”
Milton Schwantes

Publicações

- 50 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS PARTICIPAÇÃO E LUTA SINDICAL
Lena Lavinas
- 51 ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS NO CAMPO O ÚLTIMO CLÁSSICO
Regina Novaes

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Maio/junho 91
Ano 13 - nº 257

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Jornalista responsável
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb.18841)

Editores assistentes
Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Lório

Assessoria especial deste número
Equipe do Programa Movimento
Camponês e Igrejas, do CEDI

Secretária de redação
Beatriz Araújo Martins

Editora de arte
Anita Slade

Revisor e digitador
Paulo Roberto Salles Garcia

Produção gráfica
Supernova

Composição
Alcino Demby

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 400,00

Assinatura anual
Cr\$ 2.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 2.500,00

Assinatura/exterior
US\$ 50

ISSN 0103-569X

Com satisfação, conheci a revista *Tempo e Presença* e o boletim "Aconteceu". Finalmente poderei ler informações que não estão cooptadas pelas notícias oficiais, digo, pelos órgãos oficiais. Realmente vocês merecem parabéns pelo trabalho até aqui desenvolvido com relação ao meio de comunicação alternativa e a assessoria ao movimento popular.

André Tavares Vieira
Joinville - SC

Aproveito o ensejo para parabenizar o CEDI, as pessoas da equipe que compõe a editoria das publicações, o trabalho desenvolvido pelo Centro Ecumênico e demais que colaboram firmemente na promoção da publicação da revista, no jornalzinho informativo "Aconteceu", que obtive uma assinatura anual, e todas as demais publicações dos Programas mantidos pelo Centro Ecumênico.

André Luiz Bastos de Freitas
Feira de Santana - BA

Para nós, *Tempo e Presença* é uma daquelas revistas que é muito valorizada como subsídio de atualização, principalmente na linha pastoral. É bom ter subsídios como esta revista. No trabalho com a juventude somos desafiados continuamente a nos atualizar. *Tempo e Presença* está ajudando. Sigam em frente. Estão tendo o nosso apoio.

Roque Hammes
Arroio do Meio - RS

Gostaria de parabenizá-lo pelo n. 255 da revista *Tempo e Presença* - "Cidades, Habitação e Participação Popular" -, em especial o artigo do irmão marista Antônio Cechin, "Pá-

rias da civilização urbana", pelo destaque ecológico e enfoque ecologista dado à questão do lixo.

Maurício Waldmann
São Bernardo do Campo - SP

Em primeiro lugar, queremos cumprimentar V.Sas. pela edição da revista *Tempo e Presença* n. 255, sob o tema "Cidades". Esta revista sempre se caracterizou pela pluralidade de posicionamentos e pela sua isenção no trato das questões enfocadas. Os temas que se sucederam nos diversos números, inclusive este a que nos referimos, têm uma abordagem dinâmica e séria, própria daqueles que fazem um jornalismo responsável e comprometido com a verdade. Este número, como tantos outros, será muito útil para a compreensão do problema tratado, e subsidiará em muito as discussões travadas em nosso meio.

Suelli de Fátima de Almeida Góes
São Paulo - SP

Aproveito o ensejo para dizer e homenagear esta revista sempre preocupada com os problemas nacionais e internacionais. Ela nos auxilia muito no entendimento da complexa estrutura da conjuntura sociopolítico-econômica e cultural que o mundo, e principalmente o Brasil, vem passando. Como dirigente sindical, tenho muito a agradecer a vocês que acreditam e nos incentivam na nova sociedade que pretendemos e estamos construindo na luta. Uma sociedade que não exista nem explorados e nem exploradores, onde se ponha fim à exploração do homem pelo homem.

Adriano Augusto de Barros
São Paulo - SP

Em meio a tantos conflitos de informação e, principalmente, a desinformação reinante, sob a tutela da qual somos muitas vezes, circunstancialmente, obrigados a estar, foi para mim reconfortante a descoberta da *Tempo e Presença*. Foi simplesmente inevitável não me sentir desafiado a encarar a nossa realidade de vida de um ângulo mais realista, mais humano e mais cristão, em virtude da maneira profunda, séria, competente e essencialmente confrontual com que as questões são aqui tratadas, o que a torna indispensável.

Ednardo de Souza Nascimento
Almenara - MG

NOTA DA REDAÇÃO

"Mulheres" - Revista n. 256
Temos recebido muitas apreciações sobre esse número de *Tempo e Presença*. Muitos grupos estão usando a revista para seminários e debates. Como a edição está se esgotando, os/as interessados/as em adquirir exemplares deverão nos escrever com urgência. Queremos, entretanto, corrigir algumas falhas cometidas na edição desse número:

- Não constou o nome da pessoa que aparece na capa. Trata-se de Marli Oliveira Andrade.
- O título do artigo de Maria Teresa Citeli (p. 15) deveria ser "Movimentos de saúde e participação da mulher".
- O título do artigo de Fátima Vianna Mello (p. 31) deveria ser claramente interrogativo.
- As fotos das páginas 26, 32 e 35 são de autoria de Ângela Freitas (S.O.S. Corpo). Pedimos nossas desculpas por estas falhas.

QUESTÃO AGRÁRIA, HOJE?

A questão agrária, hoje, é resultado histórico de debates e apropriações por diversos sujeitos sociais. Mas, como sempre, se configura como questão, sobretudo, política

Regina Novaes

João R. Ripper

Nos anos de 1950, 70% da população brasileira vivia no campo e 30% nas cidades. Tratava-se de um país agrícola. Hoje esta proporção se inverteu. Tem sentido falar em questão agrária? Que sentido?

CAMPO ACADÊMICO E CAMPO POLÍTICO: O LUGAR DA QUESTÃO AGRÁRIA

Foi justamente nos anos de 1950/60 que se explicitou, no Brasil, a questão agrária, através de um debate público do qual participaram intelectuais de renome nacional. Moacir Palmeira escreveu um trabalho analisando esse debate, onde uns procuravam caracterizar as relações de trabalho e de produção no campo como feudais, e outros, como capitalistas. Palmeira se deu conta de que as mesmas “evidências empíricas” (exemplos da realidade) e até os mesmos dados estatísticos eram apresentados pelos autores para comprovar teses contrárias. O que fez Palmeira concluir que este não era um debate meramente intelectual, mas sobretudo político. Tratava-se de se definir se as relações no campo eram feudais ou capitalistas, para definir o “estágio da revolução brasileira” e o caráter da reforma agrária. Nessa ocasião, cada agrupamento político ou corrente de pensamento queria dar sua versão, apresentar seu caminho. O golpe militar interrompeu esse debate, ao



mesmo tempo que a industrialização e a modernização na agricultura evidenciaram a dominância capitalista no campo.

Nas décadas de 1970 e 1980 muitos pesquisadores se dedicaram a compreender “o rural”. Todos partiam da constatação da presença “do capital” no campo. Porém, para uma parte destes pesquisadores tratava-se de compreender por que o capitalismo comportava a existência de pequenos produtores agrícolas. Muitas formas de explicação surgiram. Tratava-se da articulação de modos de produção: O capitalista dominante e o camponês como modo de produção dominado? Ou da produção capitalista de relações não-capitalistas? Seriam os camponeses trabalhadores para o capital? Só a lógica camponesa de produzir é que podia explicar a existência da pequena produção?

Subsunção formal ou real do camponês ao capital?

Aqueles que se preocupavam com esta questão diferenciavam-se, por um lado, de uma economia ou sociologia rural voltada apenas para a questão agrícola (produtividade, preços, ofertas, demandas) que visava afastar os obstáculos para a modernização no campo, e, por outro, de uma interpretação desenvolvimentista do marxismo que apontava para o fim da pequena produção e para a proletarianização inevitável dos camponeses.

Com o objetivo de questionar estes dois grupos, tais pesquisadores, geralmente utilizando categorias de análise geradas no âmbito do marxismo, propunham releituras dos “clássicos”, e até descobriam textos “novos”. “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, de Karl Marx,



Nas décadas de 70 e 80, alguns pesquisadores questionavam a idéia de modernização implícita no capitalismo e socialismo

rural, de certa forma, se especializa em propor “políticas públicas”, antes mesmo desta expressão entrar na moda.

Por um lado, este é o preço (ou a vantagem?) de um sindicalismo que tem como bandeira máxima a reforma agrária. A diferença das lutas pela terra (concretas e localizadas) e da luta pela reforma agrária repousa justamente no fato desta última ensinar ser uma “política pública”.

Por outro lado, o fato de abrigar em seu seio também pequenos produtores rurais tem exigido do sindicalismo, no campo, disputar e propor concepções e proposições de uma política agrícola para os que já estão na terra.

MODERNIZAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

O período que ficou conhecido como “Nova República”, foi cenário em que novamente se explicitaram diferenças entre pesquisadores, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de trabalhadores.

Havia uma proposta de reforma agrária no horizonte, através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O conhecimento até então produzido deveria servir para viabilizá-la. As organizações de trabalhadores e as ONGs diferenciavam-se entre si nos graus de apoio e crítica a esse plano. Estudos de reconhecida competência foram chamados para elaborar o PNRA. Este, em sua primeira versão, contemplou parte considerável das reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que compatibilizava-as com certas reivindicações patronais e ordenamentos jurídico-legais. O fim desta história todos conhecem: a vontade e a competência não inverteram a correlação de forças.

com a famosa introdução de Eric Hobsbawm, ou a correspondência de Marx a Vera Zazulitch, por exemplo, eram leituras obrigatórias.

De certa forma, tais pesquisadores foram precocemente “pós-modernos”. Isso porque, para além da crítica à “coletivização forçada” da política stalinista, já naquela época estudavam-se Chayanov e outros autores críticos dos processos sociais no campo do Leste Europeu. Questionava-se a idéia de progresso e modernização implícitas no capitalismo e socialismo.

Nessas décadas produziram-se complexos retratos do campo brasileiro, e seus contornos já não permitiam as simplificações de outros tempos.

SINDICALISMO: FACES DA QUESTÃO AGRÁRIA

Nos anos de 1950 – e até 1964 – as lutas sociais, através de associações, ligas e sindicatos, colocavam a propriedade da terra na ordem do dia.

A emergência do chamado movimento camponês tornou-se, assim, parte integrante da questão agrária. A luta pela terra transformou-se em luta pela reforma agrária. E os conteúdos da reforma agrária variam de acordo com as forças sociais que a propõem.

No pós-64 é o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (Contag, Fetag e STR) que se torna um pólo constitutivo na definição da questão agrária, assim como, na segunda metade da década de 1970, o genericamente chamado “trabalho da Igreja Católica no campo” passa também a contar na definição desta questão.

Recuperando o percurso através do qual se construiu a questão agrária no Brasil, percebe-se a especificidade de um sindicalismo que não se restringe às relações capital/trabalho (assalariados/patrões), mas inclui os que lutam pelo acesso à terra e os pequenos produtores agrícolas. O sindicalismo

Por outro lado, esse período permitiu que se evidenciasse a complexidade da diversidade de categorias e situações sociais existentes no campo brasileiro da década de 1980, assim como permitiu que se delineassem correntes sindicais e movimentos sociais no bojo dos processos de diferenciação social.

Ou seja, por um lado as pesquisas constatarem a redução da população rural, a diminuição da importância da propriedade familiar, tanto como produtora de alimentos e matéria-prima quanto como fornecedora de mão-de-obra assalariada. E, também, a integração de diferentes capitais no campo, o que torna irrelevante a distinção entre grupos dominantes agrários e industriais. Por outro lado, e ao mesmo tempo, novos atores políticos entram em cena. Integrados, seringueiros, atingidos por barragens,

nhar as lutas dos “integrados” do fumo ou da avicultura e/ou dos assalariados permanentes fazem parte da questão agrária de hoje.

A diversidade de formas econômicas, que compõe um mesmo modelo excludente, exige que a palavra de ordem *reforma agrária* hoje ultrapasse a distribuição fundiária e a assistência técnica às áreas reformadas. Reforma agrária só pode ser pensada, hoje, na conjugação entre distribuição fundiária, política agrícola democratizante, garantia de condições de trabalho e salários compatíveis para os assalariados do campo.

A QUESTÃO AGRÁRIA E AS ONGs

Além da dimensão propriamente econômica, falar em questão agrária nas décadas de 1970 e 1980 exige que se inter-relacionem (em suas teorias e práticas) os seguintes

campo. Lygia Sygaud, antropóloga do Museu Nacional, em uma avaliação sobre o tema, chama atenção para o trabalho de assessoria às organizações de trabalhadores rurais, feito por professores universitários e/ou alunos de pós-graduação, que pode ser visualizado “numa alimentação constante das publicações editadas pelas ONGs, pelo que está sendo produzido dentro da Universidade, alimentação assegurada pela mediação daqueles que têm um pé na Universidade e outro nas ONGs”.

Nos dias de hoje, o debate sobre a questão se amplia tanto na Universidade quanto nas ONGs. Parece-me que este é um tempo do “rural” ser revalorizado. Da cidade, muitos voltam os olhos para o campo. O movimento ecológico internacional e as fontes financiadoras do Primeiro Mundo também olham o controvertido e conflituoso mundo agrário brasileiro. Afi-

Carlos Fenerich



sem-terra, povos indígenas, assentados, fumicultores resultam de processos econômicos e de lutas concretas. A construção destas identidades políticas traz novos desafios à organização. Implantação de reservas extrativistas na Amazônia; produção e coesão nos assentamentos espalhados por todo o País; organização sindical específica para melhor encami-

personagens: pesquisadores ligados à universidade; o Estado, em seus diferentes momentos e múltiplos aspectos; os movimentos/organizações de trabalhadores; e, finalmente, as ONGs.

As ONGs, anteriormente conhecidas como entidades de apoio, produziram assessores locais, regionais e nacionais, que atuaram no

A palavra de ordem reforma agrária hoje ultrapassa a distribuição fundiária e a assistência técnica às áreas reformadas.

nal, como falar em meio ambiente, ecologia, ecossistemas, sem falar da terra e do seu uso? Junto aos novos aliados, chegam – não por acaso – novas questões.

SINAIS DOS TEMPOS?

Como sempre ocorre, as novas questões exigem um olhar crítico em direção ao que já está estabelecido, ao passado. No contexto da questão agrária, aparece como “passado” o tempo do reinado das ciências sociais. Tornam-se, agora, necessários biólogos, ecólogos, agrônomos, geógrafos, etc. Estes poderiam, com competências específicas, garantir, ao mesmo tempo, preservação do meio ambiente e qualidade/produktividade agrícola em direção a faixas garantidas de mercado.

Nos anos de 1990, em direção a



Trata-se de se fazerem dialogar as “novidades” de uma época com a experiência acumulada

uma “intervenção de resultados”, as ONGs não deveriam ficar na denúncia e organização sindical/política. O olhar para a realidade, via organizações tradicionais (como sindicatos e partidos) focalizaria apenas as lutas e um segmento minoritário da sociedade. Daí surgem várias propostas e equações: ONGs/políticas públicas; ONGs/trabalho com as massas; ONGs/projetos produtivos eficientes; ONGs/ação cultural.

Quem formula? Vários profissionais de ONGs. Em lugares diferentes do Primeiro e do Terceiro Mundos. Gente da nossa época.

É verdade que, no Brasil, os anos da ditadura militar impuseram a pesquisadores, a organizações e às ONGs a ênfase na denúncia da violência no campo e a valorização excessiva das ações de resistência dos trabalhadores. Contudo, o “tempo de denúncia” não passou, como bem demonstram os acontecimentos recentes no sul do Pará. Trata-se, então, de se fazerem dialogar as “novidades” (ou necessidades) de uma época com a experiência acumulada.

Pela experiência acumulada, pode-se questionar o peso absoluto

que se possa hoje colocar na concepção/ação “competente” (holista, multidisciplinar, propositiva). Parece-me, por exemplo, que não foi por falta de técnicos, com diferentes e complementares competências, para propor e gerir ações em direção à reforma agrária, que o PNRA do governo Sarney representou um retrocesso em relação ao passado. É preciso atentar para as relações de poder ou – como se falava há algum tempo atrás – para a “correlação de forças”. Em outras palavras: relacionar competências e o jogo dos interesses econômicos e políticos.

Outra novidade (boa-nova?), no âmbito da relação questão agrária/ONGs, é a busca e o resgate da dimensão cultural.

Trata-se, então, de um tempo de definições e redefinições da noção, ou conceito, de cultura. São muitas as concepções. Podemos aqui destacar duas. Uma primeira, geralmente utilizada por antropólogos ou assessores com formação antropológica, serviu – e serve – para reagir ao economicismo desenvolvimentista ou racionalismo pretensamente eficiente das intervenções “de fora”. Falar em “cultura local” serve para questionar as ações e concepções de projetos governamentais, de técnicos ou de

pesquisadores que se propõem afastar os obstáculos para a modernização no campo. Nesta perspectiva, falar em “cultura local” geralmente inclui personagens e processos sociais onde se destacam lideranças e histórias de lutas passadas. “Exógenos”, de fora da cultura, estão aqueles que, por seus interesses econômicos e políticos, tornam-se opositores em enfrentamentos concretos. Da “cultura local” fazia parte, então, o minoritário segmento organizado.

A outra vertente exclui da “cultura local” lideranças das lutas e certas assessorias. Procura-se o autêntico, o verdadeiro da cultura. As minorias ativas estariam descoladas da “cultura local” ou da “cultura própria” a um grupo social. Suas lideranças se assemelham mais com os assessores do que com seus liderados, com a base. Certas experiências sociais de luta fariam “exógenas” tais lideranças e assessores.

No primeiro caso cabe perguntar: Os que lutam só lutam? Que diferenciação social provocam na cultura local? No segundo caso, a cultura seria identificada como algo estático, homogêneo e só da maioria? Em cada caso: qual o seu alcance explicativo?

Como afirmava Carlos Brandão (Tempo e Presença n. 220), a “cultura é a própria trama ordenada de símbolos que torna real e dinâmica a vida social”. Se cultura é mais do que o passado, os potes de barro, as danças e as concepções e práticas já classificadas como “populares”, o uso deste conceito só pode ser útil se captar a produção de sentido no presente. Isto é, captar o sentido através do qual se distinguem localmente “os que lutam” e “os que não lutam”, maiorias e minorias, consensos e dissensos que se fazem e se refazem.

É verdade que o conceito de cultura pode iluminar aspectos da vida social que ficavam totalmente obscurecidos nas famosas “análises de conjunturas”. Porém, torna-se ne-

cessário não fazer da “cultura” a palavra mágica dos anos 90: aquela que serve para criticar o reduativismo econômico e político do passado recente, mas não chega a explicitar relações no presente.

A meu ver, o risco é perder de vista que a separação entre o “local” e o “nacional”, o “endógeno” e o “exógeno” não é automática nem estática. É resultado de perdas, conquistas e encontros e desencontros contínuos, em uma luta política e cultural, entre diferentes classes, segmentos de classe, grupos, instituições sociais e o Estado.

QUESTÃO AGRÁRIA HOJE: MAIS ALÉM DO RURAL URBANO

Como falar em questão agrária hoje? O peso econômico relativo do “rural” diminuiu, como pode ser estatisticamente demonstrado. Porém, a diversidade de categorias e situações sociais geradas e a não-generalização

da modernização (seja em termos das diferentes regiões, como em termos intra-regionais e até em termos do ciclo produtivo de um mesmo produto) fazem presente uma heterogeneidade viva capaz de provocar surpresas em nível econômico e político.

Por exemplo, a questão agrária hoje exige atenção para o problema de poder, em nível macro, mas, também, em nível micro. Em relação aos anos de 1960 há uma mudança. A disputa pelos cargos executivos e legislativos locais entre políticos tradicionais e trabalhadores antes era impensável. Hoje, isto pode ser ilustrado pela entrevista do padre Ricardo Rezende (neste número de Tempo e Presença). A quebra de certas relações tradicionais de dominação e a existência de determinadas legendas partidárias nacionais, independentes do poder local, têm viabilizado essa disputa e complexificado a análise da questão agrária.

Se a cultura é mais do que o passado, o uso deste conceito só pode ser útil se captar a produção de sentido no presente



J. R. Ripper

Por outro lado, a presença de ambientalistas, ecologistas e “neoculturalistas” no debate atual é um exemplo de reversibilidade dos ideários evolucionistas e da procura de alternativas de vida e desenvolvimento. Resta saber quem se aliará com quem nesta sociedade de múltiplas divisões e contraditórios interesses.

Neste contexto, seria lamentável se as organizações político-sindicaís e as entidades de apoio (ONGs) tivessem hoje que escolher entre a “denúncia” e os “projetos produtivos”; entre o apoio a movimentos de resistência e a elaboração de políticas públicas, entre trabalhar com “classe” ou com massas ou minorias; entre as lutas concretas e parciais e a adesão a uma utopia mais global, seja ela chamada de ecumênica, socialista ou ecológica. A contraposição e/ou a articulação destes termos não podem ser feitas em abstrato. Apenas as situações concretas tornam possível visualizar interesses divergentes e relações de poder em jogo.

Por fim, hoje, para falar de questão agrária é obrigatório falar do modelo geral de desenvolvimento brasileiro. Porém, isso não resulta na sua dissolução enquanto “questão”. A articulação de capitais, de fato, não elimina todas as especificidades das relações sociais no campo, mesmo em sua dimensão cultural. Perder tais especificidades de vista é tão simplificador quanto reificar o rural e isolar os “rurais”, deixando de relacioná-los com outros espaços sociais e segmentos da sociedade brasileira. Ainda que não se trate, absolutamente, de definir o “estágio da revolução brasileira”, como nos anos de 1960, a questão agrária hoje ainda é, sobretudo, política.

Regina Novaes é antropóloga, professora do IFCS/UFRJ, colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI e membro do Conselho Editorial da revista Tempo e Presença.

MODERNIZAÇÃO, MERCADO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Na política agrícola do governo Collor há muito de velho atrás da retórica do novo

Renato Sérgio Maluf

A avaliação das políticas governamentais nesse momento deve, mais do que medir eventuais sucessos ou fracassos conjunturais, desvendar a concepção que as norteia e apontar seus equívocos quando confrontadas com os interesses da maioria da população brasileira. Estamos em meio ao agravamento de uma das mais profundas crises econômicas e sociais da nossa história, com a precoce deterioração das condições de governabilidade de um governo autoritário que, por seu lado, busca romper o isolamen-

to a que foi levado por sua própria arrogância. Aquela perspectiva analítica reforça-se pela necessidade de subsidiar a rearticulação em curso no campo da oposição democrática e popular, em torno de propostas alternativas às implementadas por Collor e sua equipe. Nesse sentido, abordarei, nos limites deste artigo, alguns aspectos da política agrícola do governo Collor.

Essa política está expressa em dois documentos principais, que são as "Diretrizes do Governo para

Modernizar a Agricultura" (agosto/90) e o "Projeto de Reconstrução Nacional" (março/91). O primeiro contém as diretrizes de política econômica para a agricultura no curto (safra 90/91), médio e longo prazos, enquanto o segundo (o chamado "Projetão") é apresentado como a base em cima da qual o governo pretende construir um amplo acordo social que favoreça a estabilização econômica e a retomada do desenvolvimento econômico, sempre sob o signo da "modernização do Brasil". Como se vê, a política agrícola insere-se num projeto mais ambicioso que pretende "mudar a cara" do País.

Agricultura "neoliberal". Há uma controvérsia sobre a natureza neoliberal do projeto do governo Collor, provocada, em grande medida, pelas costumeiras contradições entre o discurso ideológico e a prática política dos governantes que se definem como liberais. Os documentos econômicos, por exemplo, enfatizam a opção pela primazia do mercado e suas leis, em detrimento da regulamentação e intervenção por parte do Estado. De fato, estão sendo eliminados alguns anacronismos, embora as iniciativas sejam alardeadas de modo desproporcional à sua relevância e profundidade. Contudo, atendo-me apenas ao caso da política agrícola, o mesmo governo que aparentemente privatizou a comercialização do trigo vem sendo pressionado, inclusive judicialmente, a recuar em sua disposição de preservar um dos mais antigos, expressivos e escandalosos exemplos de utilização privada dos recursos públicos — o tratamento

João R. Ripper



privilegiado dispensado aos usineiros de açúcar e álcool. As propostas liberalizantes-desestatizantes habitualmente ignoram que, em países com as características do Brasil, há uma questão prévia e central da desprivatização do Estado, a qual não integra o diagnóstico do governo Collor.

Em análise anterior sobre as referidas "Diretrizes", notei, de início, o caráter de "política econômica" para a agricultura atribuído pelo governo a esse documento, coerente, sem dúvida, com a postura liberal que restringe a ação estatal ao manejo de instrumentos convencionais de política econômica. O documento propugna as seguintes três funções do Estado com respeito à política de desenvolvimento da agricultura: avaliar mercados livres; definir regras claras e duradouras e desregular o setor agrícola; e estimular a redução de custos e aumentar a competitividade do setor. Esse procedimento implica atribuir um caráter subordinado (e até mesmo secundário) aos programas de reforma, considerados essenciais por amplos setores sociais.

A concepção sobre desenvolvimento agrícola e sobre o papel do Estado, expressa no diagnóstico da realidade, e nas proposições para os próximos anos, contidas nas "Diretrizes", revelam que há muito de velho por trás da retórica do novo – como sucede, aliás, em outras dimensões da ação governamental no País –, e que as poucas novidades contidas nas "Diretrizes" do governo estão muito aquém do necessário para detonar um processo que contribua, nesse setor, ao enfrentamento dos graves problemas sociais do Brasil.

Em primeiro lugar, as "Diretrizes" associam eficiência econômica (através da intensificação produtiva e da verticalização), ampliação da oferta de alimentos e retração do Estado ("livre jogo" das

forças econômicas), com o anunciado objetivo de alterar o processo de produção e a distribuição de renda vigentes no País. O aumento da produção agrícola, com base em processos produtivos mais intensivos, com incrementos no rendimento físico e na produtividade do trabalho, bem como a integração econômica entre a agricultura e as atividades urbano-industriais, foram a marca dos anos de 1970 e 1980. A oferta de alimentos incrementou-se no período em níveis compatíveis com o padrão de consumo restrito vigente, isto é, foram poucas as crises "de mercado" por insuficiência de oferta, porém não se ampliou o acesso ao dito mercado por parte da maioria da população; este acesso, como se sabe, depende fundamentalmente do nível de emprego e do poder de compra dos salários. O governo Collor não apenas trata do abastecimento alimentar como uma questão de eficiência produtiva, como também adota uma política de ajuste macroeconômico fortemente recessiva, que tenta impor a cristalização de grandes perdas salariais para a maioria da população, e sem políticas efetivas de reversão do quadro de deterioração social que caracteriza o Brasil.

Em suma, as "Diretrizes" apontam para uma intensificação (e não alteração) do padrão de modernização da agricultura vigente há décadas, e as políticas implementadas em nível mais geral evidenciam uma incongruência com o anunciado objetivo de modificar a insustentável distribuição da renda e da riqueza no País.

A modernização do moderno. Observe-se, ainda, que a modernização proposta tem por base a concentração, em escala, dos fatores produtivos e a integração/verticalização do sistema produtivo como forma de ampliar a eficiência econômica na produção e circulação

EMPRÉSTIMOS AO CAMPO CAÍRAM 36%

Em 1989, foram liberados 7,3 bilhões de BTN's, o que equivalia, em fevereiro de 1991, a Cr\$ 931 bilhões (US\$ 4,2 bilhões). Esse ano foi considerado ruim, em termos de liberação de recursos.

Em 1990, os recursos liberados foram de 5,4 bilhões de BTN's (Cr\$ 685 bilhões ou US\$ 3,1 bilhões), 36% a menos que os verificados em 1989.

Aplicação em crédito rural em milhões de BTN's

Fonte	1989	1990
MCR 6.2	1.334,51	1.462,41
MCR 6.3	760,69	1.429,91
Poupança rural	4.445,92	1.148,55
S.F.H.		95,79
Tesouro Nacional	792,60	1.257,45
Total	7.333,72	5.394,11

Fonte: Banco Central e DESER.

As propostas liberalizantes-desestatizantes do governo Collor ignoram a questão da desprivatização do Estado

de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que propõe-se o objetivo de inibir a formação de cartéis e oligopólios no setor. Também aqui não há nada de novo em relação ao processo em curso na agricultura brasileira nas duas últimas décadas, pois a ação governamental, desde os anos de 1970, caracterizou-se pela adoção de políticas voltadas a apoiar explicitamente a concentração e a verticalização. A agricultura capitalizou-se, mantida intocada a estrutura fundiária altamente concentrada – como, desde logo, deverá continuar ocorrendo sob as "Diretrizes" em pauta –, e concentrando-se boa parte da oferta agrícola nos estabelecimentos integrantes dos estratos com maior valor da produção. Ampliou-se a

integração não só técnico-produtiva (os “complexos” e cadeias) mas econômico-financeira entre a agricultura e as atividades urbano-industriais, bem como o implementou-se uma política de apoio à concentração do varejo em grandes unidades (os supermercados), com fortes repercussões em todo o sistema agroalimentar.

O resultado desse processo de transformação profunda foi a ampliação do controle sobre a produção e circulação de mercadorias de origem agrícola por várias formas de grande capital (agrário, agroindustrial, comercial e as grandes cooperativas). Por outro lado, a maior eficiência econômica, sem dúvida obtida pelas atividades integradas e em

As poucas novidades contidas nas “Diretrizes” do governo estão muito aquém dos graves problemas sociais do Brasil

grande escala, não resultou no barateamento relativo dos alimentos, mas na elevação das margens de ganho dos agentes econômicos envolvidos na cadeia, que vai da produção ao varejo (com diferenças entre eles, naturalmente).

A oligopolização, e mesmo a constituição de cartéis, são características inerentes ao desenvolvimento econômico capitalista no Brasil, e tiveram muito pouco êxito até agora as iniciativas governamentais que afirmavam pretender controlá-los. A perspectiva de retração do Estado e de desregulação faz com que as “Diretrizes” não prevejam, nem mesmo, as regras para a constituição e administração de estoques reguladores (de intervenção). Fala-se, ao contrário, de privatização e de redução das alíquotas de importação e exportação. A liberalização das importações de insumos e máquinas, como elemento indutor da competição em preços, pode ter algum significado real

PROBLEMAS DO PACOTE AGRÍCOLA

- Dos recursos alocados para a agricultura em 1990, apenas 30% foram concedidos a juros de 9% ao ano, e, deste montante, a maior parte foi destinada livremente pelos bancos, o que beneficiou os grandes empresários, que possuem melhor cadastro para efeito de empréstimo bancário.

- Ocorreu uma mudança nos limites de renda anual para classificação dos produtores. Muitos que eram grandes passaram para a categoria de médios, e muitos médios passaram a ser pequenos. Assim, os poucos recursos ainda destinados aos pequenos, na prática foram abocanhados pelos, antes, médios produtores.

- Existem cerca de 30 mil processos de PROAGRO pendentes na Comissão Especial de Recursos (CER/MARA), o que impede que os produtores recebam a indenização de prejuízos anteriores.

- Dos recursos anunciados para a safra 91/92 – Cr\$ 900 bilhões (US\$ 3,27 bilhões) –, podemos afirmar que: a) são inferiores aos aplicados em anos anteriores; b) o governo não sabe de onde eles virão; e c) não foram anunciados critérios de uma política agrícola que beneficie prioritariamente os pequenos produtores.

Fonte: DESER.

em segmentos industriais localizados. No entanto, o recurso à importação tem alcance limitado como instrumento de intervenção no que se refere aos alimentos, em geral, além de sofrer os efeitos do quadro de restrições externas enfrentado há anos pelo Brasil. As “Diretrizes” chegam a propor que a produção agrícola seja totalmente exposta à competição internacional – por exemplo, ao vincular preços mínimos aos preços vigentes no mercado externo –, mesmo que isto represente a não-fabricação da-

queles produtos para os quais não sejamos “competitivos”. A crença cega na lógica da eficiência pela competição é, no mínimo, curiosa (além de danosa) frente à história de protecionismo, subsídios e regulação estatal dos países capitalistas centrais.

O que há efetivamente de novo nas “Diretrizes” é a provável redistribuição espacial da produção agrícola, em função, principalmente, da reorientação na política de fixação dos preços mínimos, que não é um instrumento novo – a diferenciação dos preços mínimos por região era a prática vigente no Brasil até o início da década de 1980 –, mas que agora vem acompanhado da diferenciação também dos preços dos combustíveis. As avaliações preliminares dos impactos dessas medidas no curto prazo apontam para um privilegiamento da produção capitalista do Centro-Sul, num rezoneamento da produção com base em critérios de eficiência produtiva e proximidade dos principais centros consumidores. Além de um possível estímulo ao “passeio” de produtos em busca de ganhos diferenciais, por incorreções no cálculo dos custos diferenciais de transporte das zonas produtoras na regionalização dos preços mínimos. Mencione-se, também, a proposta de interiorização da agroindústria e de estímulo à constituição de complexos agroindustriais regionais em projetos integrados com a participação de pequenos produtores. Contudo, a formulação a respeito do modo de sua implementação é muito geral para permitir qualquer conclusão.

Por fim, um comentário quanto ao propalado conteúdo “social” da proposta de desenvolvimento agrícola e rural contida nas “Diretrizes”. Tal conteúdo social, cuja concepção também pretende-se nova, está colocado, em grande medida, como subproduto da política econômica para a agricultura, coerente com a perspectiva do econômico que, por sua vez, é entendi-

do como desenvolvimento econômico em geral, e não em seu caráter historicamente determinado. Tomando duas dimensões mais contundentes, tanto a questão da terra (concentração da estrutura fundiária) como o caráter excludente do modelo vigente (que empobreceu milhões de trabalhadores rurais) não integram o diagnóstico do documento que contém as “diretrizes para modernizar a agricultura brasileira”, as quais, como vimos, implicam ratificar esse mesmo modelo. Fala-se, isso sim, em reorganizar o trabalho na agricultura, com a formação de um operário agrícola especializado e qualificado, e, como em todo programa governamental, em estimular o as-

contidos nas “Diretrizes”, já comentadas. No entanto, por se tratar de um projeto global, ele possui um capítulo intitulado “Questão Social”, onde estão, como subitens, a questão agrária e a alimentação. Não entrarei na discussão acerca do entendimento da questão agrária como uma questão social, apenas reafirmo ser sintomático que a primeira não tenha integrado o diagnóstico da agricultura brasileira “a ser modernizada”, e que até o momento não se conheça nenhuma proposta governamental consistente de reforma agrária ou algo próximo, que encaminhe uma solução à situação do grande contingente de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente.

João R. Ripper



sociativismo/cooperativismo. Tais diretrizes parecem, portanto, estar voltadas à *modernização do moderno*, dada a predominância dos elementos de continuidade do processo das últimas décadas sobre a eliminação, muitas vezes cosméticas, de anacronismos evidentes.

A reconstrução: mercado e fome. O Projeto de Reconstrução Nacional (o “Projetão”) limita-se, no que se refere ao setor agrícola, a reafirmar a perspectiva geral e os objetivos

Já com respeito à alimentação, vale a pena comentar esta concepção que toma a fome e a desnutrição como um problema de “alimentação” a ser enfrentado com programas complementares que compensem as “deficiências” do modelo econômico. Ignoram que aqueles fenômenos atingem uma proporção espantosa (e não residual) da população brasileira, e que, portanto, possuem raízes estruturais inerentes a esse modelo. Anteriormente, afirmei que o abas-

As “Diretrizes” apontam para uma intensificação do padrão de modernização da agricultura vigente há décadas

tecimento, em condições que atendam as necessidades alimentares do conjunto da população, não deriva da concorrência e da busca de maior eficiência produtiva. Ele tem como pressuposto uma política sustentada de crescimento do emprego e de recuperação do poder de compra dos salários. Ela certamente é acompanhada de uma política que amplie a produção de alimentos para fazer face ao aumento da demanda e que também preveja instrumentos de intervenção governamental, com vistas a garantir o custo (os preços) de uma cesta básica de consumo. A primazia das “leis do mercado” e à crença cega na competição, contrapõe-se a formulação da *segurança alimentar* como objetivo estratégico de governo, que significa a satisfação das necessidades alimentares da população e a auto-suficiência nacional na produção de alimentos básicos. O que pressupõe modificações substanciais no modelo sócio-econômico vigente que alterem o padrão de distribuição da renda e da riqueza, desprivatizem o Estado, ao mesmo tempo que prevejam instrumentos-chaves que o possibilitem intervir em favor dos interesses da maioria. Essa perspectiva é de difícil incorporação por um governo cujas políticas colocam o enganoso (porque obscuro) objetivo da estabilização econômica acima de qualquer consideração de ordem social, e cuja incapacidade política de fazer um diagnóstico radical do modelo vigente o obriga a permanentemente travestir o velho em novo.

Renato Sérgio Maluf é professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – CPDA/UFRRJ.

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

“A PROFECIA QUE SE CUMPRE POR SI MESMA”

A formulação de políticas, visando atender a uma demanda futura prevista, passa a limitar a construção de um futuro alternativo

Aurélio Vianna

Grandes empresas estatais vêm-se utilizando de metodologias de previsão econômica para informar o planejamento de investimentos a curto, médio e longo prazos. Assim, a Eletrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobrás mantêm equipes de técnicos especializados para, a partir de análises retrospectivas e de conjuntura, estabelecer tendências de demandas futuras que deverão

ser atendidas pelo governo, através da formulação de políticas públicas. Em muitos casos, a previsão de um futuro possível e a elaboração de políticas voltadas nessa direção acabam por contribuir decisivamente para a sua configuração, como havia sido previsto anteriormente. Parafraseando R. K. Merton, esta previsão é uma profecia que se cumpre por si mesma.

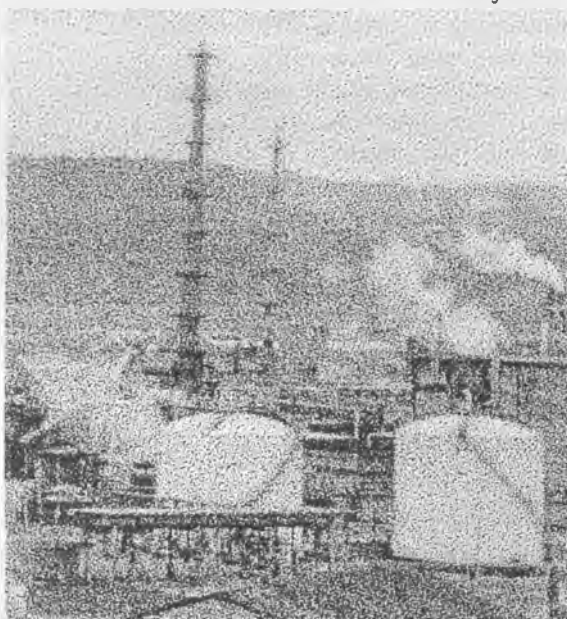
A relação entre as previsões da Eletrobrás de demanda futura de energia e a execução do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (MME/Eletrobrás, 1987), constitui um caso exemplar desse mecanismo. Partindo do suposto do crescimento de importantes variáveis de aumento de consumo de energia até o ano 2010, tais como a “eletricidade direta e indiretamente utilizadas aos bens exportados”, com o incremento das exportações siderúrgicas (MME/Eletrobrás, 1987:33), e a taxa de urbanização, que atingiria 82% em uma população de 207,5 milhões de habitantes (MME/Eletrobrás, 1987:41), o governo aprovou uma política energética baseada na construção de grandes hidrelétricas, que permitiria o atendimento das demandas futuras.

Com essa política de geração de

energia, segundo dados apresentados pela Diretoria de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás (Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 15/06/89) referentes às 105 hidrelétricas programadas para operar até o ano 2001, será inundada uma área de 3.040.000 ha. Ou seja, apenas até o ano 2001 serão alagadas terras férteis de vales de rios em área superior ao estado de Alagoas (2.731.000 ha.). Com isso, acontecerá o deslocamento compulsório de milhares de famílias de camponeses e a desestruturação de economias regionais, o que contribuirá para o aumento da migração para as cidades. Assim, a política energética, elaborada para atender as necessidades de um Brasil com cerca de 170 milhões de pessoas morando em cidades no ano 2010, contribui diretamente para que milhares de camponeses migrem e tornem a população do País eminentemente urbana.

Em outras esferas de planejamento econômico do governo, elaboram-se previsões, e conseqüentes políticas públicas, que acompanham mecanismos semelhantes. Por exemplo, as análises do desenvolvimento agrícola no Brasil, que indicam a tendência inevitável da diminuição do número de pequenos agricultores, com uma conseqüente queda em sua participação na economia, subsidiam a elaboração de políticas agrícolas que desconsideram essa parcela da população rural considerada fadada ao fracasso, e colaboram, assim, para que os pequenos produtores cheguem, realmente, à bancarrota. Deste modo, as políticas públicas

Regina Vilela





do governo não apenas atendem a uma possível demanda futura da sociedade brasileira, mas colaboram para que o futuro da sociedade seja aquele que foi previsto pelo planejamento econômico.

Paradoxalmente, a elaboração de políticas "alternativas" às governamentais, muitas vezes, parte de pressupostos semelhantes aos do governo. Voltando ao exemplo citado anteriormente, os formuladores de políticas alternativas geralmente concordam que, seguindo a evolução do aumento da taxa de urbanização do País nos últimos trinta anos, nos próximos vinte anos ela pode ultrapassar os 80%. Da mesma forma que a definição do Brasil, como exportador de produtos eletrointensivos na nova divisão internacional do trabalho, coloca a previsão da Eletrobrás de um consumo do setor industrial de 57,5% da energia elétrica produzida em 2010 como uma realidade (Plano Diretor de Meio Ambiente, Eletrobrás, 1987: Quadro 5. 1-8). Assim, as políticas ener-

géticas alternativas, para serem realistas, indicam a necessidade do aumento da geração de energia em quantidade semelhante à proposta do governo, visando o crescimento das ofertas de empregos urbanos e o incentivo ao desenvolvimento industrial. Nestes casos, ao se prenderem à necessidade do realismo das propostas, naturalizam a inevitabilidade da urbanização acelerada da população brasileira e da exportação de energia em produtos, sem se proporem políticas que visem reverter este quadro.

A formulação de políticas que buscam atender a uma demanda futura prevista a partir da evolução de indicadores sócio-econômicos, passa a limitar a construção de um futuro alternativo. A elaboração de uma política energética efetivamente alternativa só é possível mediante a alteração das tendências (urbanização e industrialização eletrointensiva) que circunscrevem a demanda futura de energia. Como, também, a elaboração de uma política agrícola voltada aos pequenos

As políticas "alternativas", muitas vezes, partem de pressupostos semelhantes aos do governo

produtores só é possível quando se trabalha com a hipótese de uma sociedade em que a pequena produção desempenhe um papel relevante.

Ao se tomarem as previsões como um dado da realidade, os planejadores partem do pressuposto de que o futuro é o resultado de uma evolução natural da sociedade e de que as políticas são instrumentos meramente técnicos para atender às demandas previstas, esquecendo-se que a construção do futuro é resultado da mediação política. Isto é, a disputa política tem um papel determinante nos rumos da evolução da sociedade brasileira.

Aurélio Vianna é assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

Os ribeirinhos de Sobradinho são vítimas e combatentes da história, que continua, de uma política de desenvolvimento tecnocrática, autoritária, preconceituosa e ecologicamente agressiva

Ruben Alfredo de Siqueira



BARRAGEM DE SOBRADINHO INTERMINÁVEL VIA-SACRA

Entre 1972 e 1978, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), empresa estatal de economia mista, subsidiária da Eletrobrás, construiu no curso submédio do rio São Francisco (norte da Bahia) a barragem de Sobradinho, orgulho da engenharia nacional. Formou-se, em pleno semi-árido nordestino, o maior lago artificial do mundo em espelho d'água, com o objetivo de regularizar a vazão do rio, e possibilitar a produção de energia no sistema de usinas hidrelétricas a jusante. A obra provocou a inundação de quatro sedes municipais (Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado) e inúmeros povoados rurais. 11.853 famílias, mais de 70 mil pessoas, foram violentamente expulsas, das quais 80% de camponeses que viviam da agricultura nas "barancas" e ilhas do rio.

Era a ditadura do general Médi-

ci, período de plena vigência do Ato Institucional n. 5. Isso significou a total subordinação da questão social e ambiental à questão energética, para atender ao projeto desenvolvimentista transnacional (Lígia Sigaud. *A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho*, mimeografado, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). A região em torno do futuro lago foi declarada "área de segurança nacional", o que vigorou até 1985, e encorajou toda sorte de abusos e desmandos, principalmente contra a população atingida, ameaçada até de despejo *manu militari*. Também contra a ecologia uma série de agressões foi cometida, planejada ou improvisadamente, sem que vozes discordantes fossem ouvidas, sequer manifestas.

Inexistiam quaisquer preocu-

pações com o destino das populações rurais até 1972 (quando o canteiro de obras já estava instalado) e qualquer plano de relocação delas até 1975 (quando os próprios atingidos impuseram soluções). Para a todo-poderosa visão tecnocrática, como a do dr. Eunápio Peltier de Queiroz, superintendente do Projeto Sobradinho, hoje nome de ruas e avenidas nas cidades relocadas, "o 'barranqueiro' é o homem totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e auto-suficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício de comunicações de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor desconhecido. Assim,

agarra-se ao rio, que lhe assegura a sobrevivência, e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com o seu rio, por afeição, o Velho Chico" (carta ao presidente da Eletrobrás, de 14 de julho de 1972. *O reservatório de Sobradinho – Problemas decorrentes de seu deplecionamento*, In: Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – CEEIVASF –, 1987, versão preliminar).

Tal visão, ainda que demonstre alguma compreensão do mundo dos camponeses atingidos, dá-lhes valor baixíssimo, como a justificar a remoção do "entrave", do "obstáculo ao progresso", a "limpeza da área", e as soluções de mais baixo custo. Certamente, acreditava-se que a barragem seria benéfica para eles, pois iria tirá-los do "atraso".

Interessante é que essas imputações e preconceitos dizem respeito exatamente ao potencial de que lançam mão os camponeses frente à Chesf. A firme determinação da maioria deles em permanecer na borda do lago – a despeito dos tecnocratas e da alegada inospitalidade da área – obrigou a Chesf a promover aí, de última hora, núcleos de reassentamento e distribuição de lotes de terra, entre a cota de operação do reservatório (392,5 m em relação ao nível do mar) e a cota de segurança (400 m).

Todavia, o processo de intervenção no meio ambiente, desde a iniciativa da obra, foi de tal modo brutal e irresponsável – até sob o ponto de vista técnico –, que a vida naquele lugar, desde então, estava para sempre alterada, difícil, submetida a uma série de percalços. Na raiz dessa situação, um alto grau de improvisação, a ausência de um planejamento global na utilização dos recursos hídricos e a subordinação prévia destes a uma prioridade setorial (cf. *idem*, p. 5 e 6), o que comprometia irremedia-

velmente todos os demais setores, para não dizer o resto...

Para exercer sua função originária principal de regularização, estava previsto que o reservatório pudesse ter o nível das águas baixado até doze metros (*deplecionamento*, na linguagem técnica). A área inundada poderia, em função disso, ser reduzida de 4.214 km², no nível máximo de represamento, para até 1.114 km², expondo uma faixa de até 3.100 km².

O primeiro choque do petróleo levou o general Geisel, em 1974, à decisão de acrescentar aos objetivos de Sobradinho a produção de energia, o que as descargas do reservatório passariam a contemplar.

No início de 1979, seis meses após o nível das águas ter chegado à cota planejada (392,5 m), a maior enchente da história do São Francisco inundou as áreas ribeirinhas a jusante e a montante, e submeteu os reassentados à nova expulsão e à destruição da primeira safra dos que haviam conseguido plantar. Sob pressões, até mesmo de uma CPI das Enchentes, nova finalidade foi acrescentada à operação do reservatório, considerada pelos técnicos uma *disfunção* – o amortecimento das cheias. Para tanto, 30% da capacidade útil do reservatório passou a ser considerada "volume de espera" das enchentes. Em consequência, uma área de até 894 km² estava sujeita a aparecer, entre os meses de novembro e fevereiro (cf. *idem*, p. 4).

E assim tem sido desde que militares e tecnocratas inventaram que nós precisamos de uma grande barragem no Salto do Sobradinho: uma via-sacra interminável. As piores estações foram, além da cheia de 79, as baixas violentas de 84 e 86/87, quando o nível das águas chegou a descer seis e sete metros, respectivamente, e a margem se afastou até 30 km, e a monumental cheia de 89/90, equiparada à de 79.

Fácil imaginar as consequências desse sobe-e-desce das águas, além dos impactos da construção de barragem, mais outros, decorrentes da sua operação, o que agravou ainda mais o quadro de agressões sócio-ambientais. *Represamento máximo* ou *deplecionamento* significam sempre perda total ou parcial das lavouras e dos rebanhos, peixe escasso, fome, sede, doenças... Tanto mais quanto maior é o número dos atingidos. De início, 2.653 famílias – números oficiais – nos vinte e cinco núcleos rurais de assentamento, sem contar que a lavoura era e é meio de vida também da maioria dos moradores das cidades. Em 84, o Programa de Ação Imediata do governo da Bahia (PAI) buscou atender 4.282 famílias de 123 localidades da borda do lago. Em 86, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

Inexistiam quaisquer preocupações com o destino das populações rurais até 1975, quando os próprios atingidos impuseram soluções

(CAR) estimou as famílias atingidas em 9.150, e as prefeituras municipais, em 13.150 (cf. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Programa de Ação Imediata para o Lago de Sobradinho, Seplantec, mimeografado, Salvador, 1984). Abaixo-assinado promovido pela Pró-CUT Regional, em julho de 1990, fala de 15 mil famílias.

Se, por um lado, estes números apontam para a gravidade da questão social, por outro chamam a atenção para a dimensão e a importância da ocupação e resistência camponesas na borda do lago, o "teimar na ribeira". Contrariando as razões técnicas que afirmavam não suportar a área mais que 1.400 famílias (cf. CEEIVASF, *op. cit.*), razões sócio-econômicas – para não dizer estomacais – prevalece-

ram na prática irreprimível de “beiradeiros” e “caatingueiros” vizinhos. Certamente, isto não é solução – pelo contrário, é até mais problema, pelas repercussões sócio-ambientais – mas, “o que se há de fazer?”, diria o sertanejo no seu pragmatismo. Afinal, não foi ele quem começou tudo... “Quem sabe onde o sapato aperta é que dá seus pulos”...

Contudo, chega a surpreender que dificuldades sem conta não impeçam esse verdadeiro movimento em direção à borda do lago, atrain-

“Plantar de vazante” representa, também, abaixo da barragem, risco permanente: a elevação súbita das águas destrói as roças, e a baixa repentina as impede

do, de lugares diversos, sertanejos errantes, pescadores sem peixe, lavradores sem terra, expulsos pela seca e pelo latifúndio.

Destruído pela barragem o modo de vida tradicional ribeirinho, ficou quase totalmente inviabilizado também a sua reconstrução na borda do lago, não fossem a resistência

dos padrões culturais dos atingidos e a força de sua vontade política. Não é mais possível, nos moldes antigos, a atividade econômica básica – a lavoura de vazante nos lameiros da beira do rio e das ilhas, depósitos aluvionais deixados regularmente pelas enchentes naturais. As terras férteis são poucas e concentradas nas mãos de fazendeiros, a irrigação é cara e problemática, o regime das águas mudou completamente. “Plantar de vazante” representa, também abaixo da barragem, risco permanente: a elevação súbita das águas destrói as roças, e a baixa repentina as impede.

Além de tudo, os conflitos pela posse das terras podem ser violentos, no enfrentamento de gado e de jagunços de fazendeiros. A regularização fundiária empreendida pelo Instituto de Terras da Bahia (Interba), com o apoio da CAR, no governo Waldir Pires, foi boicotada. Os limites da Cota 400, dentro da qual as terras teriam sido indenizadas, não são bem conhecidos ou reconhecidos. Grandes proprietários, mesmo indenizados, pleiteiam antigas propriedades ocupadas por

posseiros, quase sempre para dar pasto ao gado. Tem custado vidas: Luís Nunes, posseiro da ilha do Anselmo, Casa Nova, trucidado em 84; Antonio Guilhermino, 63 anos, posseiro de Malvinas, Sento Sé, assassinado em 88 pelo grileiro Nielson Braga de Queiroz, preso, aguardando julgamento.

A região de Malvinas, entre os rios Verde e Jacaré, das melhores terras de todo o Nordeste, tinha sido pleiteada pelos atingidos da barragem, em 1974, e foi negada sob a alegação de que as terras estavam destinadas a projetos agroindustriais. A possibilidade de lucro fácil negociando essas terras tem alucinado grileiros. Por lá está sendo implantado imenso projeto de irrigação – Agroindustrial Rio Verde, 100 mil hectares, propriedade do Grupo Econômico, Oderbrecht e Bahema-Caterpillar. Sobram ainda outros tantos mil hectares, no perímetro denominado Baixio do Irecê... Para quem?

Voltando à cadeia de efeitos da barragem, também a pesca, atividade complementar da economia ribeirinha, praticada em 1984 por sete mil pescadores, tornou-se complicada por conta de uma série de alterações, que vão desde os diversos impactos na ictiofauna até a inadequação das técnicas e equipamentos tradicionais da pesca artesanal. Sob essas condições, agravadas pela pesca profissional predatória, a quantidade do pescado caiu de 40 mil toneladas, em 79, para 3,8 mil, em 87 (segundo informações do Conselho Pastoral dos Pescadores da diocese de Juazeiro).

As condições sanitárias das populações ribeirinhas chegam ao estado crítico, tanto nas cheias excessivas como nas grandes baixas do lago. A água, além do problema do abastecimento, torna-se contaminada, fétida, propícia à transmissão de doenças como a esquistossomose, malária, hepatite, febres, coceiras, feridas na boca, na pele, etc. A pior

OUTRAS VIA-CRÚCIS OU VARIAÇÕES EM TORNO DO MESMO TEMA

O que ocorreu em Sobradinho, vem ocorrendo, com algumas variações, em outros processos de instalação de barragens por todo o País. Outros exemplos dramáticos são:

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), que inundou parcialmente terras dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará, e expulsou mais de cinco mil famílias de vazanteiros e colonos, provocou impactos ambientais cujas dimensões ainda não podem ser quantificadas.

Um dos exemplos da irracionalidade governamental, no que tange às violências sociais e ambientais provocadas por hidrelétricas, é Balbina (AM). O fechamento das comportas da Hidrelétrica de Balbina inundou uma importante área de

floresta tropical, e atingiu o povo indígena Waimiri-Atoari e centenas de famílias de ribeirinhos.

Em 1988, a barragem de Itaipu inundou as sedes municipais de Petrolândia e Itacuruba (PE), e Rodas e Barra do Tarrachil (BA), além de parte dos municípios de Floresta, Glória e Belém de São Francisco. A barragem expulsou cerca de 40 mil camponeses e inundou uma área de 834 km².

A barragem de Itaipu (PR) inundou cerca de 1.350 km² e deslocou cerca de 42 mil pessoas, das quais 38 mil no campo. A população rural atingida era basicamente composta por pequenos produtores e trabalhadores rurais permanentes e temporários.

Fonte: Terra Sim Barragens Não. CUT/CRAB – outubro de 89.



doença, porém, é a fome que, uns mais outros menos, atinge todos os pobres.

Durante os meses de estio (abril a setembro) e as secas prolongadas, a pressão sobre a borda e as ilhas aumenta, coincidindo, a partir de junho, a lavoura de vazante com a pastagem do gado dos fazendeiros. A tensão se torna insuportável. O jeito, às vezes, é matar o gado invasor.

Tentativas houve, por parte do estado, de minorar os efeitos de sua intervenção desastrosa. Além de paliativas, algumas emergenciais, balançaram ao sabor dos ventos político-eleitorais, e nenhuma logrou ir até o fundo da problemática e ao fim do que programava. Talvez porque sempre esteve fora de cogitação utilizar o reservatório de Sobradinho em função das populações ribeirinhas, porque pagaram seu alto preço e teimam em não arredar pé do chão de suas margens.

Nem sempre o sobe-e-desce das águas pode ser considerado desastroso. Observações de técnicos têm mostrado que uma vazante que se inicie em maio e atinja cotas de 389/388 é benéfica pelas possibilidades que cria de exploração agrícola. Quando esse nível é ultrapassado ou quando cresce acima de 392,5 m, é que os efeitos funestos começam (Companhia de Desen-

volvimento e Ação Regional – CAR. *Anotações sobre os problemas sofridos pelos pequenos produtores na borda do lago Sobradinho com o deplecionamento*, Seplantec, Salvador, 1986). Mas seria pedir demais que a pessoa humana estivesse acima da energia elétrica, que vai não se sabe bem para onde...

Como se não bastasse, nova ameaça paira sobre o lago de Sobradinho e sua gente. Prosseguindo a saga insana, a tecnocracia estaria tramando mais um capítulo. Fala-se da elevação do nível das águas em dois metros, o que faria subir a cota para 394,5m. Há sinais: aviões sobrevoam, marcos são colocados em povoados e cidades, discursos em palanques eleitorais. Em 87, o Co-

Além de tudo, os conflitos pela posse das terras podem ser violentos, no enfrentamento de gado e de jagunços de fazendeiros

mitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEEIVASF) recomendou estudos para “o aproveitamento máximo da capacidade acumulativa do reservatório (...) com a adoção de medidas (...) tais como a proteção das cidades existentes dentro dos novos limites de acumulação e as desapropriações necessárias” (CEEIVASF, op. cit.).

E, sinal dos sinais, é o silêncio dos órgãos responsáveis como resposta aos ofícios enviados pela Câmara de Vereadores de Remanso e pela PROCUT Regional. Se se confirma, será a repetição cruel de uma tragédia coletiva que há treze anos se busca superar com todas as forças. O desprezo pela pessoa humana e pela ecologia não parece ser prerrogativa apenas da ditadura. Ou será que ainda não saímos dela?

Ruben Alfredo Siqueira é agente da Comissão Pastoral da Terra na diocese de Juazeiro (BA), e cursa o Mestrado em Ciências Sociais pela UFPB.

DIREITOS HUMANOS

Assine a revista Direitos Humanos, um espaço aberto à veiculação de matérias e estudos relacionados com a cidadania, democracia, justiça e segurança pública.

Direitos Humanos é uma publicação semestral do GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares/Centro Luiz Freire – Rua Vinte e Sete de Janeiro, 181 – Carmo – Olinda/PE, tel.: (081) 429-3444.

Assinatura individual	– Cr\$ 1.522,00
Assinatura entidade	– Cr\$ 1.776,00
Assinatura apoio	– Cr\$ 2.029,00
Assinatura América Latina	– US\$ 12
Assinatura outros países	– US\$ 15



AS POLÍTICAS DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

No Brasil, as políticas de saúde e previdência social manifestam o caráter marginalizador e excludente com que o governo federal trata das questões sociais, fato particularmente agravado no campo

Odaci Luiz Coradini

As políticas de saúde e previdência social dirigidas para a população tida como rural, no Brasil, poderiam ser abordadas por diferentes ângulos. Para além da precariedade óbvia e todas as mazelas que estas políticas podem ter num país como este, talvez seja mais interessante abordar os significados que podem adquirir nos processos de luta social e política.

Elas têm uma enorme capacidade para recriar problemas e novos desafios, e pôr em confronto perspectivas distintas, tanto para os trabalhadores rurais e respectivos sindicatos, como para as demais classes e atores sociais envolvidos. Em última análise, são as próprias estruturas de dominação e as respectivas posições sociais que se defrontam nas lutas em torno destas políticas.

Os significados que as políticas de saúde e previdência social podem tomar para os trabalhadores rurais

Qualquer política, e particularmente a social, pode ser interpretada como um esforço dos agentes do Estado no sentido da reprodução das estruturas de dominação social, e podem ser atribuídas intenções de melhorar as relações ca-

pital/trabalho. Estas mesmas políticas podem ser interpretadas como investimentos e ações no sentido da melhoria das condições de vida dos cidadãos. Tanto uma como outra interpretação não apenas são reducionistas e simplistas, como errôneas. Como qualquer política estatal, as políticas de saúde e previdência social se inserem num conjunto de contradições e estruturas de dominação social, e envolvem interesses, classes e atores sociais com perspectivas e posições completamente distintas e até opostas. Consequentemente, os significa-

dos que elas assumem para os trabalhadores não equivalem aos das demais classes e atores sociais em confronto, nem mesmo aos do sindicalismo.

Os trabalhadores rurais formam um contingente duplamente dominado: na estrutura de classes e nas relações cidade/campo. Além disso, as categorias que passaram a constituir a 'classe' dos trabalhadores rurais na legislação e representação sindical, e também na legislação previdenciária, abrangem uma série de condições relativamente específicas quanto às relações de trabalho, trajetória e formas de reprodução social, etc., e nas suas relações com o sindicalismo. O processo de conformação da 'classe' dos trabalhadores rurais e da estrutura de sua representação sindical é relativamente recente — duas últimas décadas —, e, portanto, pouco anterior ao início da implementação das políticas em pauta.

Se, por um lado, as condições podem favorecer o surgimento de in-

Agência JB



interpretação destas políticas como favor, por outro, de modo diferenciado social e até geograficamente, as políticas de saúde e previdência social rural sempre provocaram conflitos muito intensos. Um bom exemplo disso é a própria evolução da questão nos congressos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), particularmente no quarto, em 1985.

Direitos e necessidades. Entre as características institucionais das políticas de saúde e previdência social rural efetivamente implementadas (o Funrural, a partir de 1971), fizeram parte a contratação de organizações privadas, tais como hospitais, sindicatos, etc., para sua execução através de convênios, e a 'fiscalização' dos convênios, feita pelos sindicatos. Para os trabalhadores rurais não-assalariados, a cobrança da 'contribuição' tem como base a produção vendida. Essa modalidade de implementação ampliou o leque de agentes e interesses envolvidos (médicos, direções hospitalares, partidos políticos e demais componentes do poder local, etc.), e criou possibilidades de relações clientelísticas no sindicalismo de trabalhadores rurais e também no patronal, tornando compulsória uma relação de 'contribuição', em contrapartida a determinados benefícios.

Desse modo, há, em primeiro lugar, um processo de redefinição de identidade social, através da transformação da série de categorias preexistentes em trabalhadores rurais e da conformação de uma estrutura de representação sindical. Em segundo, a implementação das políticas de saúde e previdência social inclui um leque de interesses e agentes sociais relativamente amplo, e torna obrigatória a condição de 'contribuinte' para os não-assalariados.

Para dar conta das lutas e conflitos gerados pela implementação dessas políticas, é necessário consi-

MUITA FUMAÇA E POUCO FOGO

É assim que pode ser definido o rumoroso episódio no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), abalado por denúncias sobre fraudes que, nos últimos anos, já ultrapassaram a faixa dos US\$ 300 milhões. A divulgação de uma falsa lista de 315 marajás, em março deste ano, foi o estopim. Desde então, várias comissões de investigação foram criadas, mas nada foi elucidado.

Na verdade, por conta das sindicâncias, somente alguns poucos funcionários foram afastados de seus cargos e, na outra ponta, advogados que intermediavam benefícios acabaram indiciados. Nada, no entanto, de relevante para um escândalo que sangrou dos cofres públicos alguns bilhões de cruzeiros. (Jornal do Brasil, 8/4/91)

derar a gradativa e diferenciada incorporação da idéia de 'direito' à assistência médico-hospitalar e previdenciária. Ou seja, determinadas situações anteriormente atribuídas à esfera das relações e responsabilidades familiares, tais como doença, invalidez, velhice, passam a ser gradativamente associadas aos 'direitos' decorrentes da condição de trabalhador rural 'assegurado'. Porém, a interpretação do que sejam esses 'direitos' põe em confronto tais trabalhadores com os demais agentes sociais envolvidos. Desse modo, a busca de assistência médico-hospitalar e previdenciária inscreve essa população num conjunto de relações e representações sociais até então ausentes em seu referencial. Na medida em que categorias, como 'direitos' ou 'necessidades', são dinâmicas e se confrontam com interesses e agentes sociais que podem negar sua realização prática, a descoberta dos 'direitos' pode equivaler à descoberta simultânea da injustiça e da discriminação.

Os trabalhadores rurais, pelo fato de serem duplamente dominados,

tendem a entrar nas relações e conflitos que essas políticas suscitam, principalmente através dos efeitos concretos em sua implementação e não em sua formulação, apesar da relativa capacidade de representação do sindicalismo. São os econômica e socialmente menos despossuídos os que detêm maiores condições de percepção e resistência frente às posições e interpretações de médicos, direções hospitalares e burocratas, visto que, sob sua ótica, são exatamente

Como qualquer política estatal, as políticas de saúde e previdência social se inserem num conjunto de contradições e estruturas de dominação social

esses menos despossuídos os menos classificáveis enquanto trabalhadores rurais e, portanto, como 'assegurados'.

Por fim, diferentemente das demais políticas dirigidas àquilo que sindicalmente passou a ser trabalhador rural (por exemplo, políticas de preços, fundiárias, de salários, etc.), as de saúde e previdência social não se dirigem a um segmento específico, mas recortam o conjunto de seus segmentos com critérios próprios, o que torna muito mais viável a mobilização.

Deste quadro resulta que as relações dos trabalhadores rurais com essas políticas estão permanentemente perpassadas por tensões e relações de força. Uma estratégia possível e posta em prática, principalmente pelos mais despossuídos social e culturalmente, é a submissão às estratégias e classificações dos agentes. Outra alternativa são as tensões e conflitos caso a caso, de modo mais ou menos personalizados. Muitas vezes, esse tipo de conflito pode-se ampliar, tomando um caráter mais coletivo. Mas isso, em geral, ocorre

OS NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA

(Dados de 1990)

BENEFICIADOS

13 milhões

4 milhões de pensionistas

9 milhões de aposentados

Em 1980: 7,7 milhões

690 mil auxílios-doença urbanos

20 mil auxílios-doença rurais

830 mil rendas mensais vitalícias urbanas

640 mil rendas mensais vitalícias rurais

28 milhões de empregados contribuintes

7 milhões de contribuintes autônomos

ARRECADADAÇÃO

Cr\$ 2,1 trilhões

Cr\$ 1,7 trilhão em contribuições de trabalhadores

Cr\$ 226 bilhões em repasses do Tesouro Federal (*)

Cr\$ 170 bilhões em aplicações financeiras

DESPESAS

Cr\$ 2,034 trilhões

Cr\$ 1,067 trilhão em benefícios

Cr\$ 405 bilhões em assistência médica

Cr\$ 330 bilhões em pagamento de pessoal em 90

Cr\$ 95 bilhões em fevereiro de 1991

FUNCIONÁRIOS

220 mil

56 mil do INSS

164 mil do Inampas

ROMBOS

Cr\$ 1,648 trilhão (**)

Cr\$ 100 bilhões com benefícios fraudulentos (estimativa)

Cr\$ 515 bilhões não-arrecados devido à economia informal, sonegações ou fraudes (estimativa)

Cr\$ 1,033 trilhão em contribuições atrasadas

* Repasses do Fundo de Investimento Social (Finsocial) e a Contribuição Sobre o Lucro de empresas (CSL). Segundo a Anfic, o Finsocial e a CSL produziram no ano passado Cr\$ 1,059 trilhão, centralizado no Tesouro Nacional para posterior repasse à Previdência. O Tesouro ficou com Cr\$ 833 bilhões. A CSL é parte do lucro das empresas repassado à Previdência, como estabelece a Constituição. O Finsocial prevê a remessa de 2% do faturamento das empresas para a Previdência, via Tesouro.

** Estimativa total.

Fontes: Folha de S. Paulo, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Superintendência do INSS-RJ, demonstrativo de receitas e despesas do Ministério da Economia (31/12/90) e Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários (Anfic).

quando um outro mediador interfere, e é principalmente nesse ponto que entra o sindicalismo.

Os significados que as políticas de saúde e previdência social podem tomar para as demais classes e agentes sociais envolvidos

No que tange ao sindicalismo, os conflitos e demandas que a implementação dessas políticas provocam criam um campo muito fértil para investimentos em trabalho de mobilização e representação sindical. Como as próprias lideranças sindicais de regiões onde essas lutas foram particularmente intensas destacam, as "lutas por saúde e

previdência social mobilizam". Além disso, têm a peculiaridade de pôr em confronto trabalhadores com agentes sociais muito concretos, e até fisicamente presentes em nível local, como os médicos e direções hospitalares.

Novos problemas. Porém, se esse tipo de luta tem grande capacidade de mobilizar, introduz novos problemas para o sindicalismo. Trata-se de lutas que visam algo muito imediato, ou seja, a solução de problemas vinculados à saúde, invalidez e velhice. O próprio discurso sindical, que se impõe como o mais legítimo, tem uma hierarquia de

importância das questões e lutas, e, evidentemente, as por saúde e previdência social não se encontram entre as que mereceriam tal classificação. Essa hierarquia de importância, naturalmente, não equivale aos investimentos concretos em trabalho sindical, inclusive porque ele depende das condições de mobilização dos associados e não preocupa o conjunto dos dirigentes sindicais da mesma forma e no mesmo grau. São exatamente as lideranças e dirigentes mais envolvidos no trabalho de mobilização os que tendem a se aproximar mais e a tentar redefinir os critérios de excelência do trabalho sindical.

Esse tipo de luta pode ser classificado também como assistencialismo. Na medida em que o assistencialismo, um estigma no movimento sindical oriundo das relações do sindicalismo urbano com determinados partidos políticos e políticas no período caracterizado como populista, se impõe no discurso sindical tido como mais legítimo e, por outro lado, está-se lutando por assistência, cria-se a necessidade, para lideranças sindicais, de encontrar uma forma de definição do trabalho sindical que evite tal classificação. A forma mais usual é definir a excelência do trabalho sindical pelo processo e não pelo objeto das lutas. Ou seja, o que as justificaria seria a mobilização das bases para a defesa dos direitos, e não a busca de favores ou assistência do governo. Além disso, supõe-se que, na medida em que se solucionaria este tipo de problema, poder-se-iam centrar os esforços em lutas mais amplas. De qualquer forma, há uma espécie de permanente prestação de contas, pelo menos para as lideranças que controlam melhor o discurso sindical mais legítimo, seja no conjunto do sindicalismo, ou no sindicalismo urbano tido como mais 'avançado'. Possivelmente, mais que o objeto das lutas, está em pauta o próprio

estatuto social da 'classe' representada, permanentemente sob suspeita, visto que, por sua posição nas relações cidade/campo, pode representar o 'atraso'.

O poder dos médicos. No que tange aos médicos, direções hospitalares e burocratas representantes de organismos públicos, a situação é outra. A implementação destas políticas foi prevista através de convênios com organizações privadas, e não de hospitais e organismos públicos, o que deu praticamente o monopólio de sua execução aos médicos e hospitais, privados ou filantrópicos, representando um enorme poder social e político de pressão nas instâncias decisórias. Isso contribui para certas peculiaridades. A população para quem são dirigidas essas políticas é rural, isto é, dispersa pelo interior, com menores possibilidades de deslocamento e escolha. Isso faz com que hospitais e médicos locais detenham tanto o monopólio da assistência como a capacidade de boicote, através, por exemplo, das ameaças permanentes de rompimento de convênios, recusa em aceitar trabalhadores rurais como 'assegurados', cobranças de taxas extras, etc. Como se trata não apenas de uma população alvo, mas também de médicos e direções hospitalares do interior, onde a simples condição de médico

equivale à de elite local, as relações com a política e o poder local facilitam esta maior capacidade de pressão e controle. Além disso, os representantes dos organismos públicos, encarregados do controle da implementação dessas políticas nesse nível, são, em geral, médicos, e devem seu cargo à situação de liderança entre os mesmos e às suas relações com o partido dominante no momento. Daí, inclusive, situações de extrema ambigüidade, nas quais o burocrata, que é também médico vinculado à política partidária, oscila entre sua lealdade à classe ou corporação médica e os requerimentos burocrático-legais do cargo. Isso é facilitado, até mesmo, pelo fato de que, nas situações de mobilizações e lutas mais generalizadas, a implementação dessas políticas fica parcial ou totalmente por conta de pactos, acordos de cavalheiros, ou seja, das relações de força do momento.

A dita medicina liberal não significa, apenas, uma modalidade de exercício profissional, mas uma definição e imagem da medicina incorporada coletivamente. Um dos efeitos dessas lutas e conflitos abordados foi a intensificação do trabalho de representação corporativa da classe médica e direções hospitalares, como uma reação àquilo que, em sua ótica, é visto como

A descoberta dos direitos pode equivaler à descoberta simultânea da injustiça e da discriminação

uma crise. Acontece que esta crise da medicina (de fato, no caso, da medicina liberal), atinge de modo mais direto médicos e direções hospitalares envolvidos com as políticas de saúde e previdência social rural. Em primeiro lugar, porque praticamente a sua totalidade é constituída por profissionais liberais, que concebem a profissão como necessariamente sendo liberal. Em segundo lugar, porque se trata de médicos credenciados do interior, cujo projeto profissional, provisório ou definitivo, é substituir o usufruto de determinadas relações sociais e consumo cultural nos grandes centros por maior remuneração. Acontece que as políticas de saúde e previdência social rural tornam boa parte de seus antigos clientes particulares em assegurados, o que, em sua ótica, só deveria ocorrer com os indigentes. Daí suas lutas e confrontos com o sindicalismo sobre os critérios de classificação dos trabalhadores rurais assegurados.

Neste esforço de recriação das condições de reprodução da medicina liberal, não está em jogo apenas uma forma de exercício profissional, mas a própria atribuição da posição social e mecanismos de controle do poder. O melhor exemplo disso são aqueles médicos, direções hospitalares e mesmo burocratas que chegam a admitir – e mesmo a enfatizar – que a solução seria assalariar parte dos que atuam diretamente na execução das políticas sociais, mas desde que isso não representasse uma mudança em sua condição econômico-financeira e posição social.

Odaci Luiz Coradini é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ.



OS SERINGUEIROS E A REFORMA AGRÁRIA

João R. Ripper



Elder Andrade de Paula

A experiência e a luta histórica dos seringueiros no interior da floresta amazônica gestaram a proposta da reserva extrativista, que une a preocupação da sobrevivência cultural e econômica dos povos da floresta com a preservação ambiental

O movimento de expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia, iniciado no final da década de 1960, transformou-a, pouco depois, em uma das regiões de maiores conflitos pela posse da terra no Brasil. Eles envolveram, de um lado, grandes proprietários rurais (investidores do Centro-Sul, grileiros, etc.) e, de outro, diversos segmentos sociais da população local (índios, seringueiros, posseiros, ribeirinhos, etc.).

As lutas de resistência dos seringueiros contra a exploração das suas áreas produtivas ("colocações") e pela legitimação da conquista de sua autonomia em relação aos seringalistas, encontraram nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) a sua prin-

cipal forma de organização, e, nos "empates" (caso do estado do Acre), o seu meio mais eficaz de mobilização coletiva e de pressão contra os novos proprietários rurais, especialmente os pecuaristas.

Sob a iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e com o apoio da Igreja Católica, iniciou-se, em 1975, a formação do sindicalismo rural no estado do Acre. Os STRs foram criados no processo de luta de resistência pela posse da terra, numa situação de extrema radicalização dos confrontos com os novos proprietários rurais. A combatividade e a ausência de bandeiras assistencialistas constituíram traços marcantes da emergência do sindicalismo rural acreano.

A presença da Contag no campo, em nível nacional, e sua bandeira de reforma agrária representaram, até o início dos anos de 1980, elementos unificadores da luta pela terra no Brasil. Posteriormente, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), houve uma ruptura com o sindicalismo da Contag: o pólo mais avançado de luta dos seringueiros (STR de Xapuri) passou a articular-se com a CUT e a encampar a luta por uma reforma agrária radical (defendida por ela).

A diversidade de formas que assumiu o processo de expansão do capitalismo no campo, ocorrido no pós-64, e o acelerado processo de reconcentração e expropriação da terra, propiciaram o surgimento de formas diferenciadas de organização e resistência das classes subalternas, como a articulação do Movimento Sem Terra e o Movi-

mento contra as barragens no sul do País. A exemplo dessas articulações, em outubro de 1985 realizou-se, em Brasília, o I Encontro Nacional dos Seringueiros (CNS) para representar e organizar nacionalmente essa categoria. Sua principal bandeira de luta era a proposta de criação de reservas extrativistas na Amazônia, a reforma agrária dos seringueiros.

A proposta de reservas extrativistas surgiu como resultado das experiências históricas, das lutas de resistências travadas pelos seringueiros ao longo de um século no interior dos seringais. Melhor dito, a vontade de manter-se reproduzindo socialmente na floresta, conservando inalterada sua estrutura de ocupação tradicional (baseada na divisão em “colocações”), e a recusa desse segmento social em transformar-se em “colonos” ou “parceiros” dos projetos de assentamentos do Incra, ou transferir-se para os centros urbanos, constituíram fatores preponderantes para que a reserva expressasse uma alternativa regional para a proposta de reforma agrária dos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas da Amazônia.

UMA INESPERADA E FANTÁSTICA PROJEÇÃO DA LUTA DOS SERINGUEIROS

Internamente, a criação do CNS e a formulação da proposta de reserva extrativista dariam um novo alento e novas perspectivas para o movimento de resistência dos seringueiros. Externamente, além de se articularem com o movimento indígena e formarem a “Aliança dos Povos da Floresta”, começariam a conquistar simpatias de grupos ambientalistas, que passariam a traduzir e divulgar mundialmente esse movimento emergente na Amazônia como uma luta essencialmente ecológica, em defesa da preservação da floresta.

A questão amazônica, além de aparecer nos anos de 1980 como centro de atenções dos ambientalistas, que passaram a denunciar as queimadas e a devastação florestal na região, voltaria a ocupar, também, como em períodos anteriores, lugar de destaque nas disputas entre as grandes potências industrializadas para obterem controle da exploração do elevado potencial de recursos naturais renováveis e não-renováveis armazenados nessa faixa do planeta.

Internamente, o crescimento da luta de resistência dos seringueiros

contrariava os interesses dos pecuaristas, de outros grupos empresariais atuantes na região e da própria ideologia de Segurança Nacional, tão bem cultuada e preservada pelas Forças Armadas. De uma forma resumida, pode-se dizer que havia fortes motivos para o as-

O Conselho Nacional dos seringueiros é pressionado tanto por certos ecologistas de visão romântica como por alguns assessores que subestimam a dinâmica interna do movimento

sassinato de Chico Mendes — principal liderança dos seringueiros — em 1988, e também para a fantástica repercussão mundial desse crime.

A perda de sua liderança mais expressiva e experiente, a “onda” mundial em torno da causa dos povos da floresta e o aumento do interesse dos grupos ambientalistas em conhecer e se aproximar do movimento, produziram, pouco tempo depois, algumas modificações nos desdobramentos da luta. O CNS passou a valorizar excessivamente sua base de apoio externo. Com isso, o movimento se desviou um pouco da sua trajetória original. Suas lideranças mais expressivas passaram a ser mais requisitadas para um conjunto de discussões técnicas relativas à exploração da Amazônia, em geral, e das reservas extrativistas, em particular, de uma forma dissociada da questão agrária nacional.

O CNS é pressionado externamente: de um lado, por ecologistas portadores de uma visão romântica que concebe as reservas extrativistas como o reencontro do paraíso perdido para a formação das “comunidades alternativas”; de outro, por certas entidades de assessoria que subestimam a dinâmica interna, o poder de mobilização e a capacidade de organização do movimento, e buscam resolver, ‘por ci-

João R. Ripper



ma', em acordos de gabinetes, as reivindicações dos seringueiros.

Em recente documento da Seman/PR (carta consulta enviada à COFLEX — fevereiro/91) há uma proposta para financiar a implantação das reservas extrativistas e para a criação de mais de 56 novas áreas

para se pensarem alternativas de desenvolvimento para a Amazônia. Fundamentalmente, seu aspecto político foi determinante, por ter sido pensada e criada "de baixo para cima", nas mobilizações coletivas, no confronto entre interesses antagônicos de classe.

João R. Ripper



Não se pode pensar em soluções duradouras para a questão agrária na Amazônia, se ela não for resolvida, também, em termos do Brasil

de reservas. Em um dos pontos desse documento menciona-se a contratação de empresas privadas para o gerenciamento das áreas onde as comunidades não estiverem aptas a assumir tal responsabilidade. De uma forma resumida, podemos afirmar que a efetivação dessa medida implicaria na volta do "barracão" aos seringueiros, obviamente readaptado aos novos tempos, apresentando-se sob uma faceta moderna para subordinar de uma nova forma ao capital esse segmento social na Amazônia.

O DESAFIO DO MOVIMENTO DOS SERINGUEIROS

A novidade da proposta de reserva extrativista não está ligada somente aos seus aspectos técnicos e ecossociais que abriram caminhos diver-

Nesse sentido, o direcionamento das discussões do processo mais geral de implantação das reservas extrativistas na Amazônia não deve enveredar-se por caminhos que apontam nas soluções técnico-burocráticas a forma de viabilização dessa proposta. É possível até que, em nome da ECO-92, o governo decreta "no atacado" dezenas de áreas de reservas que, somadas às "maravilhas" que o Rio de Janeiro irá apresentar, formariam uma bela e "collorida" vitrine do Brasil para ser exposta ao mundo.

Assegurar as conquistas já obtidas pelo movimento e garantir a implantação das reservas extrativistas na sua forma original, que estabelece, entre outras, uma participação efetiva dos seringueiros no controle dessas áreas, exigirão do CNS redobrados esforços no processo de organização e ampliação interna do movimento.

O "empate" organizado pelo CNS, em Brasília, nas duas primeiras semanas de abril deste ano para:

a) exigir do governo uma modificação da política da borracha com reajuste imediato para 160% no preço da borracha oriunda dos seringueiros nativos; e b) acelerar o processo de demarcação e implantação das reservas extrativistas já criadas; indicam-nos a disposição do CNS em buscar nas mobilizações coletivas uma ampliação de sua base de sustentação interna.

É preciso observarmos, porém, que essa iniciativa parece ainda insuficiente para uma reorganização do movimento. É óbvio que a aproximação com os grupos ambientalistas foi extremamente positiva para a luta dos seringueiros. Entretanto, o estreitamento desses laços de uma forma acrítica tem contribuído para um certo afastamento desse movimento do conjunto da luta dos trabalhadores e, de certa forma, para a redução do seu universo à questão da Amazônia, como se a região fosse um mundo à parte do Brasil ou, mesmo, um mundo à parte do mundo.

Não se pode pensar em soluções duradouras para a questão agrária na Amazônia, se ela não for resolvida, também, em termos de Brasil. Nesse sentido, a luta pela implantação de reservas extrativistas não deve ser tratada isoladamente da luta mais geral pela reforma agrária no País. Por isso, impõe-se, como um dos grandes desafios para o movimento dos seringueiros, resgatar os aspectos positivos de suas origens. Ou seja, intensificar as mobilizações coletivas e sua articulação com outros movimentos sociais organizados, especialmente com a CUT, e, além dos grupos ambientalistas, outras organizações da sociedade civil, no sentido de fortalecerem a luta pela realização de uma reforma agrária ampla e massiva que atinja todo o território nacional.

Elder Andrade de Paula é assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

PADRE RICARDO REZENDE O SINDICATO NA MIRA DO PODER LOCAL

Esta não é mais uma entrevista do padre Ricardo Rezende, um dos marcados para morrer, ameaçado que está pela violência no campo brasileiro. Nesta entrevista que deu à revista Tempo e Presença, acrescenta alguns elementos novos sobre os últimos acontecimentos em Rio Maria. Faz fina reflexão sobre as raízes do envolvimento dos membros do poder local nos assassinatos de líderes de trabalhadores rurais, e convida a repensar certos aspectos da prática sindical, em contextos de violência e ilegalismo. Refere-se, também, aos efeitos do jogo político estadual e federal sobre a correlação de forças locais em que os sindicatos de trabalhadores rurais estão envolvidos.

Entrevistadores: Neide Esterci, José Roberto Novaes e Clara Evangelista – integrantes da equipe do programa Movimento Camponês e Igrejas do CEDI

João R. Ripper



As pessoas envolvidas com a criminalidade querem controlar o poder executivo – municipal e estadual – e o judiciário. Têm presença no poder legislativo e agora temem perder o poder local

TP – Por que tantas mortes concentradas em Rio Maria? O que está em jogo é, exclusivamente, a questão da terra?

Pe. Ricardo – Não. Essa violência toda, talvez, seja muito mais do que a questão da terra, talvez seja uma questão política, de poder. As pessoas que estão envolvidas com a criminalidade querem controlar o poder executivo – municipal e estadual – e o judiciário. Elas já têm presença no poder legislativo, já conseguiram eleger deputados, apoiaram o atual governador e temem perder o poder municipal. Neste sentido, é interessante observar que João Canuto, além de ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rio Maria, havia sido candidato a prefeito pelo PMDB e, apesar de ter feito uma campanha política completamente desprovida de recursos econômicos, havia tido um resultado eleitoral surpreendente. Muitas pessoas do município afirmam que, de fato, ele venceu no voto, mas perdeu na apuração. E quem ajudou João Canuto, quem percorreu o município de bicicleta com ele foi Expedito Ribeiro de Souza; foram aliados e companheiros, estiveram juntos na

campanha eleitoral. Quando ficou evidente que Canuto iria ganhar a eleição, um piloto deu de presente para cada um deles uma bicicleta, com a qual puderam garantir presença mais intensa nos bairros e também na área rural. E eles assustaram a burguesia rural com a força política de Canuto. Por isso, Canuto foi morto, não por decisão de uma pessoa mas por decisão coletiva. Houve, no mínimo, três reuniões para decidir a morte dele; na derradeira reunião, havia mais de vinte fazendeiros.

Essas mortes são a demonstração dos objetivos políticos dessa burguesia. Por exemplo, estava decidido que, no enterro de Canuto, iam ser assassinados os deputados Paulo Fontelles e Ademir Andrade. Na porta da igreja estava um carro da prefeitura de Xinguara, com os dois pistoleiros que mataram Canuto. Eles estavam esperando o povo sair da igreja e, no meio, saírem os dois deputados que seriam mortos. Não foram mortos nessa ocasião porque a irmã de um dos pistoleiros, intermediário na contratação, avisou.

A morte de Brás de Oliveira também tem esse lado político. Oficialmente, os fazendeiros comentam que ele morreu porque estava comprando alimentos para os posseiros de uma área de ocupação, dando suporte econômico para a ocupação. De fato, ele não comprava alimentos para os lavradores, mas havia sido diretor do STR de Rio Maria. Depois, deixou a profissão de lavrador e tornou-se mecânico, e, como tal, apoiava os trabalhadores; foi candidato a vereador pelo PC do B. Ele falava alto, era uma pessoa corajosa, de presença muito forte.

Depois os filhos de Canuto foram mortos; aí a gente se surpreendeu... Bem, Rafael Ventura foi morto só porque estava junto com Brás. Não havia nenhuma razão de ordem política ou outra qualquer, a não ser essa, de ser uma testemunha. No entanto, a morte dos dois filhos de João Canuto, aparentemente, não teria explicação. Eles eram do PC do B, mas

A morte de Brás de Oliveira tem um lado político. Foi candidato a vereador e era pessoa corajosa, de presença forte

As mortes de Canuto e de Expedito estão ligadas ao fato de que eles representavam perigo para a burguesia local na disputa do poder executivo

A prefeitura interessa tanto no sentido econômico, quanto no de terem à sua disposição os poderes legislativo, executivo e judiciário

não tinham participação política nem sindical, não eram lavradores e não apresentavam perigo algum, do ponto de vista político. Suponho que eles tenham sido mortos como uma atitude preventiva. Como todos da cidade sabiam quem havia contratado os pistoleiros que mataram João Canuto, talvez os mandantes temessem que os filhos um dia vingassem a morte do pai.

A morte de Expedito está relacionada com o que foi dito pelos fazendeiros no dia 4 de abril: que todos os comunistas iam morrer. Ora, Expedito era presidente do STR de Rio Maria, foi candidato a prefeito, no último pleito, pelo PC do B, e havia sido companheiro de campanha de João Canuto. É evidente que isso deve ter preocupado a burguesia local... E, se um dia, Expedito ganhasse a prefeitura? Perdeu naquela eleição, mas um dia poderia ganhar. Acho que as mortes de João Canuto e de Expedito estão ligadas ao fato de que eles representavam um perigo imediato para a burguesia, porque eram também candidatos ao poder executivo municipal. Estavam na disputa política imediata. A burguesia ficou assustada, porque o presidente do Sindicato ameaçava o monopólio do poder político. Partido e sindicato se confundem muito. A nossa microrregião é como se revivesse uma ditadura militar: aquele que aparece, morre. Identifico, então, nessas mortes uma ação política.

Por que a prefeitura é tão importante para a burguesia local?

Ao poder local, a prefeitura interessa tanto no sentido econômico quanto no sentido de

eles terem à sua disposição os poderes legislativo, executivo e judiciário. Quer dizer, o juiz, que chegou a Rio Maria, foi recebido na casa de um homem que é acusado de muitos crimes; a primeira promotora da comarca morou na casa da irmã de Adilson Laranjeiras, que disputou com João Canuto e foi eleito prefeito. Ele foi acusado, por Canuto, de tê-lo ameaçado de morte. Denunciou em fevereiro e, em dezembro, morreu. No inquérito policial, Laranjeiras foi citado como uma das pessoas suspeitas de tramarem contra a vida de Canuto. O inquérito não foi concluído, e a promotora morava na casa do irmão de Laranjeiras. Quando Zé e Paulo (filhos de João Canuto) foram mortos, eu fui atrás da promotora e descobri que ela morava na casa de Adilson Laranjeiras. Ora, como é que ela ia cumprir o inquérito quando o acusado principal era quem a hospedava? Que isenção tinha ela?

Você acha, por exemplo, que o fato de essas mortes terem sido apuradas num tempo até breve indica que esse tipo de convivência se alterou?

Não. Um jornalista de Belém, Lúcio Flávio, fez, no jornal dele, uma pergunta que, na verdade, atravessa o estado inteiro. Foi preso, em Santarém, um dos homens mais ricos do estado do Pará, Renan Freire. Ele tem 600 caminhões, é o maior comprador individual da Petrobrás no Brasil, tem diversos garimpos e postos de compra de ouro. Ele é suspeito de estar envolvido com a questão de tóxico, e foi preso no governo de Hélio Gueiros. Então veio a pergunta: "Por que ele foi

João R. Ripper



Manifestação nacional contra a violência em Rio Maria (13/03/91)

Gringo – Raimundo Ferreira Lima, candidato à presidência do STR de Conceição do Araguaia, assassinado em 20/5/80.

João Canuto – João Canuto Neto, fundador e primeiro presidente do STR de Rio Maria, assassinado em 18/12/85.

Paulo Fontelles – Paulo Fontelles de Lima, advogado, defensor dos movimentos de trabalhadores rurais da região de Conceição do Araguaia, eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982, assassinado em 11/6/87.

Brás – Brás Anônimo de Oliveira, mecânico, candidato a vereador pelo PC do B em 1988, envolvido na defesa de posseiros e trabalhadores rurais, ex-diretor do STR de Rio Maria, sequestrado e assassinado em 3/4/90.

Rafael – Roman Rafael Ventura, mecânico, militante do PC do B, sequestrado junto com Brás e assassinado em 3/4/90.

Paulo e José Canuto – filhos de João Canuto, agricultores, militantes do PC do B, sequestrados e assassinados em 22/4/90.

Orlando Canuto – Filho de João Canuto, sequestrado junto com os irmãos em 22/4/90, conseguiu fugir ferido. Está ameaçado de morte.

Exedito – Exedito Ribeiro de Souza, presidente do STR de Rio Maria, filiado ao PC do B, assassinado em 2/2/91.

Carlos – Carlos Cabral Pereira, genro de João Canuto, atual presidente do STR de Rio Maria, sofreu atentado à bala em 4/3/91.

preso?” Que mudança é essa no comportamento do governo que nunca fez nada e, de repente, se converte à lei, à justiça e à equidade? O próprio Lúcio Flávio deu a resposta: “É interessante observar que Renan Freire é a base eleitoral de Jader Barbalho no Baixo Amazonas, e Hélio Gueiros é inimigo número um de Jader Barbalho”. Quando Zé e Paulo foram mortos, começou a ‘correr’ uma suspeita de que talvez Laranjeiras estivesse por trás. Ora, como ele era candidato a deputado estadual na chapa de Jader Barbalho, será que Hélio Gueiros não estava interessado em descobrir a relação de Barbalho com essas mortes? Ou tentando amedrontar aqueles que eram base eleitoral de Jader no sul do Pará? Nesse caso, a entrada do delegado Eder Mauro que, com agilidade e rapidez, prendeu os pistoleiros das mortes ocorridas em abril e da morte de Exedito, pode estar ligada à tentativa de incriminar a facção oposta.

Agora, diante de todas essas mortes anunciadas desde tanto tempo, como fica a organização da população?

O problema da organização é que a maioria dos organizadores foi morta: Belchior, João Canuto, Exedito. Orlando, muito ameaçado, teve que se esconder; Carlos Cabral Pereira, que é outro secretário do Sindicato, atualmente presidente, tem que viver clandestino porque qualquer hora pode levar um tiro... (A entrevista foi realizada antes que Carlos Cabral Pereira sofresse um atentado, no dia 4 de março deste ano, que lhe valeu um tiro na perna) Então, é uma situação de perigo, que

diminui o poder de organização. Acho que outro problema relativo à organização é o equívoco político e tático. O Sindicato funciona com a porta aberta, a secretaria tem que fazer convênios com as prefeituras, tem que pegar carro com a prefeitura, precisa de combustível da prefeitura. É uma relação de muita oficialidade. Quando há manifestação, o presidente fica à frente. Isso expõe muito as pessoas, aparenta para a burguesia que o Sindicato tem uma força que não tem. Quando Exedito morreu, o STR de Rio Maria tinha poucos sócios, e poucas delegacias tinham sido criadas.

Em relação à prática sindical, qual é a alternativa para não expor as lideranças, para protegê-las? Que tipo de experiências concretas de implantação de um sindicato mais democrático, onde o controle não seja tão centralizado na mão dos dirigentes, existem na região?

Em Conceição do Araguaia, por exemplo, há uma alternância da direção do Sindicato, na própria sede, onde o presidente não fica lá o mês inteiro, o ano inteiro. Uma semana fica o Valter; na semana seguinte fica o secretário; na outra, fica o tesoureiro; na outra, o suplente. Isso torna a coisa mais diluída, além de favorecer, até mesmo, a dispersão da raiva e ódio com que somos prestigiados. Eu era mais protegido em Conceição do Araguaia do que em Rio Maria, pois lá éramos uma equipe. Agora, em Rio Maria, a coisa é meio enrolada, tem um conflito e você se expõe muito mais, por causa da ação do Sindicato, que é centralizada na figura do presidente, e porque não há uma equipe de assessoria que reparta um pouco as tarefas.

O problema da organização é que a maioria dos organizadores foi morta

O sindicato funciona com a porta aberta, faz convênios com a prefeitura, expõe muito as pessoas e aparenta, para a burguesia, uma força que não tem. Isso assusta

Em Rio Maria a ação é muito concentrada na figura do presidente. Em Conceição do Araguaia, a ação é diluída, o que faz com que a raiva e o ódio da burguesia fiquem mais dispersos

AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS

A Central Única dos Trabalhadores, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, ouvidos a respeito da questão agrária, apresentaram, sob diferentes perspectivas, importantes considerações sobre a política do governo brasileiro para o campo. O resultado foi um conjunto de artigos e manifestos que apontam para a necessidade de elaboração de um projeto democrático para sociedade brasileira, que articule campo e cidade.

UM GOVERNO CINZENTO

O governo Collor marca a alteração no relacionamento do movimento sindical com o Estado. Ao contrário do governo Sarney, cujos projetos respondiam setorialmente às pressões corporativas, a atual gestão apresenta ações que conformam uma unidade programática. Contestar uma política governa-

mental, neste sentido, significa negar as bases de seu projeto de desenvolvimento como um todo. Por outro lado, as iniciativas deste governo em relação ao movimento sindical revelam uma tentativa de enfraquecimento e isolamento dos setores mais combativos e organizados, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Com relação à realidade agrária e agrícola do País neste primeiro ano de governo Collor, alguns aspectos devem ser apontados: houve uma queda da safra de grãos de 1990 em relação ao ano anterior da ordem de 21,2%; há, hoje, 13 mil famílias acampadas, à beira de rodovias, à espera de assentamento; setenta e dois trabalhadores rurais foram assassinados em 1990, além de mais de cem ameaças de morte.

O perfil da política do governo para a agricultura busca a privatização do setor, até mesmo com a criação de um banco privado de crédito rural cooperativo. Por desconhecer a realidade dos pequenos produtores, o governo reforça os grandes grupos agroindustriais. Por sua vez, as bases de sua política agrária são genéricas.

A construção de uma alternativa ao projeto neoliberal passa hoje

por alguns eixos que consolidam um projeto de desenvolvimento baseado na distribuição de renda, participação dos trabalhadores na gestão e elaboração das políticas públicas, equalização da produção regional, reforma agrária, enfim, uma mudança radical no modelo de desenvolvimento.

Algumas lutas imediatas podem apontar nesta direção. No início do próximo semestre, a CUT entende ser necessário alterar a Lei Agrícola com ênfase no seguro e crédito rural. A questão da cidadania dos trabalhadores rurais também se impõe, através da eliminação dos organismos paramilitares associados ao latifúndio e das estruturas conservadoras do poder local, responsáveis pelo assassinato de inúmeras lideranças. Ainda, nesta questão, se incluem o não-cumprimento dos acordos coletivos realizados pelos assalariados rurais, a existência ainda do trabalho escravo, a utilização irregular de agrotóxicos, entre outros.

Com relação à reforma agrária, numa articulação que envolve a CUT e outras entidades urbanas e rurais, os dias 22 e 23 de julho serão marcados por uma Jornada Nacional de Luta pela Terra — para morar e para plantar. Além disso, desde abril, a CUT desenvolve uma campanha que deverá ter seu ponto alto no Dia do Trabalhador Rural — 25 de julho. A CUT entende que a reforma agrária tem de ser compreendida como eixo de mudança do modelo de desenvolvimento, baseando-o na produção familiar e visando a distribuição de renda, a democratização política e dos recursos tecnológicos, assim como a mudança da estrutura fundiária e de mercado.

Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais/CUT

João R. Ripper



FRENTE ÀS POLÍTICAS DE COLLOR PARA O CAMPO

O CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS E A QUESTÃO AGRÁRIA

No II Encontro Nacional dos Seringueiros e no I Encontro dos Povos da Floresta, realizados em março de 1989, foram ratificadas as propostas de implantação de reservas extrativistas e demarcação das áreas indígenas, como solução para a questão fundiária e para os graves conflitos de terras que têm marcado a Amazônia nessas duas últimas décadas, no processo acelerado de expansão da fronteira agrícola para a região.

Para os trabalhadores extrativistas, as reservas expressam a forma concreta de realização de uma reforma agrária que garanta a realização de seus interesses, e ponha fim às expulsões arbitrárias praticadas pelos fazendeiros e grandes grupos empresariais que atuam na região.

Cabe ao Estado assegurar a regularização fundiária dessas áreas e estabelecer políticas voltadas para o apoio às atividades econômicas e sociais reivindicadas pelo movimento, garantindo-se, assim, a viabilização da implantação das reservas extrativistas.

Em nível geral, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) é solidário com a luta dos trabalhadores do campo pela realização de uma reforma agrária radical no Brasil, por compreendê-la como condição indispensável para a resolução dos graves conflitos sociais no campo e a construção de uma democracia neste País.

Conselho Nacional dos Seringueiros — CNS

AS LUTAS NO CAMPO

Não podemos analisar a questão da reforma agrária e, de modo específico, da luta pela terra, fora do contexto delineado pela política do governo Collor, que prometeu colocar o Brasil entre os países desenvolvidos, modernos.

Para trilhar esse caminho, o governo optou pela utilização de medidas que visavam a liberação da economia e a redução do intervencionismo estatal. Com isso, de acordo com o governo, se combateria a alta de preços, impulsionando a modernização das indústrias e aumentando as exportações. Essa política, que atirou o País numa das piores crises dos últimos dez anos,

é a mesma que não desapropriou nenhuma área para fins de reforma agrária em 1990.

É inadmissível que existam, em nosso País, 81 milhões de hectares, completamente ociosos, nas mãos dos fazendeiros, enquanto há mais de 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Essa enorme concentração de terras é uma das principais causas do decréscimo da produção nas duas últimas safras agrícolas. Por outro lado, enquanto são cortados os subsídios e créditos para a agricultura, o governo Collor refinancia Cr\$ 311 bilhões que os usineiros lhe devem.

É contra essa estrutura fundiária



Fotos: João R. Ricoer



e essa política agrícola que nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, juntamente com outras entidades e organizações do campo, faremos jornadas de lutas durante todo o ano de 1991.

Como medidas urgentes, pressionaremos o governo para: que sejam assentadas imediatamente 13 mil famílias que se encontram acampadas; crédito especial para os assentamentos; imissão de posse das áreas já desapropriadas; e punição aos mandantes e executores dos assassinatos de trabalhadores rurais. São medidas mínimas para que sejam amenizadas as dificuldades que vive o homem do campo.

AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS

Por fim, há necessidade de toda a sociedade brasileira empunhar a bandeira da reforma agrária, assim como de instrumentos necessários para fixar o homem ao campo, acabar com o analfabetismo com a fome, interromper o crescente processo de favelização urbana, e proporcionar uma verdadeira distribuição de renda, iniciando, assim, a conquista de uma sociedade socialmente justa.

E o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra continuará, como reafirmou em seu 6º Encontro Nacional, realizado em fevereiro deste ano na cidade de Piracicaba (SP), "ocupando latifúndios, buscando democratizar a terra e conquistar a justiça social no campo". Ocupar, resistir e produzir. Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO COLLOR

Uma avaliação da reforma agrária durante o governo Collor permite afirmar que ela foi completamente descartada. Apesar do anúncio inicial de 500 mil famílias como meta de assentamento para cinco anos, o governo, na verdade, não fez absolutamente nada, só jogo de cena: nenhuma desapropriação em 1990 e apenas uma este ano (as outras três anunciadas não passaram de reedição de decretos desapropriatórios editados no governo anterior).

O que o governo fez foi desarticular institucionalmente a reforma agrária e congelar sua execução, paralisando 600 processos de desapropriação em andamento (5 milhões de hectares) e abandonando completamente mais de 800 projetos de assentamento, envolvendo cerca de 90 mil famílias.

Em razão da omissão governamental, os assentamentos passam por enormes dificuldades de sustentação e consolidação, agrava-se a situação das 15 mil famílias acampadas e intensificam-se os conflitos de terra no País. Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), existem, hoje, em todo o Brasil, 1.020 conflitos pela posse da terra, envolvendo 250 mil famílias e 10 milhões de hectares. Somente em 1990, a Contag denunciou 45 assassinatos, marca maior da violência organizada, seletiva e institucionalizada pela omissão das autoridades na punição dos responsáveis.

A violência é o indicador mais dramático da profunda injustiça do perfil agrário nacional. Existem, hoje, 7 milhões de famílias sem ter-

ra ou com terra insuficiente para seu sustento. Em contrapartida, imóveis rurais com mais de 500 mil hectares somam 405 milhões de hectares. Apenas 501 proprietários detêm 57 milhões de hectares. Há 81 milhões de hectares totalmente ociosos em mãos de fazendeiros, e 89% deles são classificados como latifúndios. Somente com essas terras ociosas, seria possível assentar, de imediato, 4,3 milhões de famílias, sem tocar em áreas produtivas e mais do que duplicando a área cultivável do País.

Neste quadro, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), organizado em 3.200 sindicatos e 23 federações de trabalhadores na agricultura filiados à Contag, luta por uma reforma agrária que interesse à toda a sociedade. Com grandes mobilizações de pressão sobre governo e parlamentares, e com a organização dos trabalhadores para a ocupação de terras e resistência na posse, com vistas à produção, o MSTR defende propostas concretas e viáveis para a realização da reforma agrária.

Entre as principais reivindicações, discutidas em todo o País, estão: assentamento mínimo de 2 milhões de famílias em cinco anos; desapropriação imediata das áreas de conflito; revisão das concessões e alienações de terras públicas superiores a 3 mil hectares; destinação de terra aos trabalhadores na forma de concessão de uso; e viabilização econômico-produtiva dos assentamentos e da pequena produção.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG

João R. Ripper



FRENTE ÀS POLÍTICAS DE COLLOR PARA O CAMPO

Marcelo Oliveira



CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens — construídas, em construção ou planejadas — de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas públicas de construção de barragens — para geração de energia elétrica ou para irrigação — que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização da energia elétrica e de

áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios, e trabalhadores rurais, desalojados pela inundação de suas terras aguardam reassentamento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem sem condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens têm significado para os trabalhadores a expulsão da terra e a consequente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens, e a destruição do meio ambiente, espe-

cialmente a morte dos rios e dos peixes.

Diante desta situação, decidimos criar, de forma definitiva, o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em congresso nacional, exigimos do governo:

- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma da atual política energética, com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;

• pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata de suas terras, demarcação das terras de remanescentes de quilombos, e reforma agrária.

Brasília (DF), 14 de março de 1991.
**Comissão Nacional de
Trabalhadores Atingidos por
Barragens**

APOIO LUTERANO À RESISTÊNCIA

A Igreja Luterana, de forte tradição rural, engaja-se numa ação política junto aos pequenos agricultores, e cria centros de capacitação agrícola

Ellemer Wvojohn e
Edelberto Behs

Analisar, nos dias de hoje, a política agrícola brasileira é dar de cara com um mosaico de realidades existentes no campo, que vão desde o sem-terra, o bóia-fria, o meeiro, o pequeno agricultor, até o médio e grande proprietários. Ela é parte de um todo, que está voltado à inserção da economia brasileira no mercado internacional. Esperar, pois, que essa política priorize o abastecimento interno é totalmente em vão no governo Collor de Mello.

O modelo agrícola brasileiro continua voltado à exportação. Este modo conduz à monocultura, que prevê aumentos crescentes de áreas de terra, rompendo, assim, a lógica da pequena propriedade. A assistência técnica e os recursos disponíveis à pesquisa são canalizados aos produtos de exportação como a soja, o cacau, o algodão e o café. Mais de 80% dos créditos agrícolas são abocanhados por estes produtos.

Divisão da produção agrícola. Produtos básicos, como milho, batata, feijão, mandioca — típicos da pequena propriedade — têm cada vez menos participação no volume global da produção agrícola. Apesar do aumento populacional, algumas dessas culturas decresceram. O Banco do Brasil, que no passado já foi uma ponte social, é, na atualidade, extremamente seletivo na concessão de créditos. Os pequenos agricultores estão cansados, desanimados e descapitalizados.

Embora este rearranjo da economia não esteja ainda bem transparente, existem indícios que mostram para onde caminha a agricultura. À Região Sul caberá a produção de proteínas — carne, frangos, suínos, leite. A citricultura e o reflorestamento, visando a produção de celulose, está duplicando suas instalações no município de Guaíba (RS). Grãos serão produzidos no Centro-Oeste, e a Amazônia ficará com a produção de gado de corte.

O futuro da pequena propriedade. A se confirmar essa tendência, o futuro da pequena propriedade será a subordinação à agroindústria, o que já vem acontecendo, em parte, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Isto, encarado sob o aspecto econômico. De outro lado, existem pessoas de carne e osso. São aos milhares — sem-terras, bóias-frias, meeiros, colonos sem perspectivas. A migração dessa gente para as cidades, forçada por este modelo, tem acarretado uma série de problemas ao meio urbano. O governo terá que dizer, pois, o que quer dessa gente que ainda teima em ficar no campo. E não são poucos. Dos cerca de cinco milhões de proprietários rurais existentes no Brasil, aproximadamente 3,2 milhões são pequenas propriedades.

Sem injeção de recursos, a pequena propriedade não sobreviverá. Apesar de todas estas dificuldades e fazendo balanço das condições que o migrante enfrenta na cidade, a pequena propriedade ainda é um espaço de vida e de realização econômica.

É preciso deixar a choradeira generalizada de lado, admitir a baixa

Foto dos autores



Grupo de São
Lourenço do
Sul (RS)

eficiência — produtividade, produção e renda — da pequena propriedade, que não pode ser creditada somente ao sistema. É preciso alterar esse quadro, corrigir a caminhada, assim que o pequeno produtor entenda que ele é o agente de transformação no seu meio. Se ele não se colocar a caminho, não terá força reivindicatória. A luta, hoje, é a de incorporar tecnologia à pequena propriedade, mecanizar o que é possível e inserir o colono no circuito da renda e do mercado. Ele começará, então, a entender melhor as contradições do sistema e angariará espaço para possíveis conquistas.

Igreja Luterana e o pequeno produtor. Igreja rural desde os seus primórdios, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), acompanhando os que ainda permanecem no campo, está engajada numa ação política junto aos pequenos produtores. Em decorrência do amor ao próximo manifestado de maneira bem concreta, de uma fé encarnada na realidade do dia-a-dia, ela criou, há doze anos, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Com seus quatro núcleos de atuação — nas cidades gaúchas de Erechim, Três de Maio, São Lourenço do Sul e Santa Cruz —, que abrangem perto de 40 comunidades e atingem diretamente 1.800 famílias de pequenos agricultores, o CAPA consegue implantar a idéia de resistência na pequena propriedade. Com o objetivo de organizar a comunidade de pequenos agricultores com vistas à produção, comercialização e saúde, num trabalho que resgata a dignidade do colono, incentiva o associativismo e remonta os princípios do cooperativismo, o CAPA busca uma resposta política concreta na atual situação em que se encontram assentados e pequenos agricultores. Nesta caminhada só vão resistir na pequena propriedade os que tiverem uma consciência política do seu papel na sociedade.

Valorizando o colono. O primeiro passo é a valorização do colono, recuperando sua auto-estima, ajudando-o a compreender a sociedade em que vive, cujo ponto de partida é a comunidade religiosa, não só a luterana. O CAPA trabalha também com comunidades católicas e de outras denominações, pois seu projeto tem uma dimensão ecumênica. Da reunião de agricultores na comunidade religiosa surge o grupo de interesse. Com o passar do tempo, a consciência de grupo evolui, cresce o sentimento de organização, e desemboca na associação comunitária. No

criação, que possibilita a transformação de pastos e grãos em produtos como carne, leite, ovos.

O CAPA incentiva a conservação do solo, a adubação verde, a piscicultura, a apicultura e o reflorestamento, naquelas áreas impróprias ao cultivo agrícola. Um fundo rotativo financia máquinas e implementos agrícolas. A dívida contraída pelo grupo é convertida em

O governo terá que dizer, pois, o que quer dessa gente que ainda teima em ficar no campo

Foto dos autores



Assessoria do CAPA. Colheita de milho com trator coletivo. Canoas, RS

âmbito municipal, a associação tem peso político de representação e, respaldado por ela, o pequeno agricultor ganha poder de reivindicação junto ao poder público. Ele se apresenta como cidadão.

O perfil desse agricultor pode ser descrito como: descende de alemães, na maioria dos casos; ocupa pequena gleba de terras, com área média de 15 hectares; dedica-se a atividades diversificadas, com pouca especialização, recorrendo à mão-de-obra familiar. A esse agricultor o CAPA proporciona tecnologias acessíveis à pequena propriedade, reorganização da propriedade com base na diversificação de culturas e redução de custos de produção, integrando lavoura-

produto agrícola. Um banco de sementes e mudas possibilita aos agricultores a troca, entre eles, de sementes comuns, adaptadas às suas condições de clima e solo.

Aumento da produtividade. Todo esse trabalho apresenta resultados, e num ponto fundamental: o aumento de produtividade. Em tempos idos, a região sul do Rio Grande do Sul era grande produtora de batatas. Por fatores vários, a cultura foi perdendo terreno e poucos ainda se aventuravam a cultivá-la. O CAPA recuperou o cultivo da batata inglesa, com uma produtividade 50% superior aos índices verificados em outras regiões. Também o feijão e o milho passaram a apresentar uma produtividade de



O CAPA proporciona tecnologias acessíveis à pequena propriedade, com base na diversificação de culturas e redução de custos, integrando lavoura-criação

30% a 40% a mais. Este ano, a previsão é de que agricultores vinculados ao CAPA vão colocar 500 toneladas de batata, milho, feijão, cebola e hortigranjeiros no mercado gaúcho. É um volume considerável, que precisa encontrar vias de comercialização mais apropriadas, a fim de eliminar o atravessador. Para tanto, o

CAPA dispõe de dois caminhões para escoar a produção.

Mas não é só nas áreas técnicas e de comercialização que o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor desenvolve suas atividades. Trabalhador doente trabalha mal ou nem trabalha. O campo da saúde, portanto, é outra prioridade, e valoriza o resgate do conhecimento de plantas medicinais. Os próprios agricultores preparam pomadas, xaropes e tinturas. Duas pessoas de cada um dos grupos são treinadas como promotores de saúde nos bancos do Departamento de Medicina Social da Universidade

Federal de Pelotas. Dos quarenta grupos assistidos pelo CAPA, catorze mantêm farmácias comunitárias. Este trabalho com saúde tem mostrado um sentido pedagógico: mulheres que eram apáticas na vida comunitária, sem participação, tornam-se líderes extraordinárias.

Viabilizar a pequena propriedade requer, ainda, um enorme trabalho. É uma imposição econômica. Um dos grandes obstáculos é a quebra do individualismo do pequeno agricultor. Se ele, sozinho, não consegue adquirir determinada máquina ou implemento, vários agricultores juntos, associados conseguem. Esta mudança de mentalidade começa, aos poucos, a se processar. Talvez incentivada pelas cooperativas de produção em assentamentos, como em Nova Ramada, na Fazenda Annoni, ou em Bagé, que têm trazido bons resultados.

Essas cooperativas são o novo na cooperação agrícola. Sem essa união de forças, o pequeno agricultor continuará sendo um joguete da política agrícola.

Ellemer Wvojohn, engenheiro agrônomo, é coordenador do Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA-4). Edelberto Behs é jornalista e assessor de imprensa da IECLB.



A revista PROPOSTA nº 48 – **Amazônia Oriental: Trabalhadores Rurais e Meio Ambiente** tem informações para você. Debate questões do ponto de vista dos índios, seringueiros, castanheiros, pescadores e trabalhadores rurais. Leia este número de PROPOSTA e entre no debate sobre a Amazônia. Adquira este número avulso pelo preço de Cr\$ 600,00. Faça uma assinatura, se preferir, pelo preço de Cr\$ 2.300,00 (anual). Pedidos: FASE Rua Bento Lisboa 58 22221 Rio de Janeiro - RJ Tel.: 285-2998

AMAZÔNIA ORIENTAL

Trabalhadores rurais e meio ambiente



O ESTADO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: “A DÉCADA PERDIDA”

João R. Ripper



José Márcio Camargo

Ao longo dos últimos anos, tem-se disseminado, na sociedade brasileira, a idéia de que a década de 1980 constituiu uma “década perdida” para o País. Esta idéia parte da constatação de que, nos últimos dez anos, a economia brasileira apresentou baixas taxas de crescimento econômico, se comparadas ao desempenho histórico da economia do País, e sua renda per capita praticamente estagnou-se ao longo deste período. Como resultado direto, a população viveu um período de empobrecimento generalizado, piorado com distribuição de renda e aumento da pobreza e da miséria.

A esta constatação, segue-se o

A afirmação de uma década perdida não leva em consideração o aumento da organização social, observado nos anos 80. Houve o despertar para uma discussão mais profunda das possibilidades de desenvolvimento com mais igualdade e justiça social, e busca de alternativas

diagnóstico de que a principal causa da estagnação econômica deve ser buscada na instabilidade monetária e, portanto, nas elevadas e instáveis taxas de inflação. Diante disso, torna-se inevitável a proposição de que o fim da inflação, com conseqüente estabilização da moeda, é pressuposto para a retomada do desenvolvimento econômico.

Foi exatamente com base nesta constatação e diagnóstico que o País passou a conviver com tentativas reiteradas de planos radicais de estabilização econômica, com o objetivo de acabar com a inflação. Estes planos culminaram com o seqüestro dos cruzados novos, em março de 1990, a forte recessão e o aumento de desemprego que se seguiram, a volta da inflação, no final de 1990, e o novo congelamento de preços, em fevereiro deste ano.

Apesar de radicais, e até mesmo alguns deles inconstitucionais, esses planos têm tido sempre o mesmo destino – o fracasso. Existem várias justificativas para esta situação; entretanto, cada vez mais parece claro que a inflação brasileira, além das conhecidas causas conjunturais ligadas à gerência das políticas monetária e fiscal, tem causas estruturais importantes que precisam ser atacadas, para que um plano de estabilização seja bem-sucedido a médio e longo prazos.

Movimentos sociais. A percepção deste fato nos leva a redirecionar a discussão em torno da chamada “década perdida”. Na verdade, a década de 1980, apesar de ter sido de pouco crescimento e de instabilidade monetária, foi onde alguns dos principais movimentos sociais hoje existentes no País se estabeleceram e ganharam força como opção política conseqüente e como pólos de poder político.

O crescimento destes movimentos gerou uma situação na qual os grupos dominantes na sociedade, que, no último quarto de século, foram os principais beneficiários das políticas governamentais, se viram obrigados a negociar a forma e o conteúdo de sua atuação política, e sua desproporcional participação na renda nacional passou a ser questionada, não só em nível do discurso da própria elite, mas também da própria atuação da sociedade, que se tornava mais organizada e reivindicatória.

Ao mesmo tempo, o Estado se viu diante da necessidade de redefinir seus programas e objetivos, incluindo neles, como prioridades, problemas prementes da sociedade brasileira até então esquecidos, tais como: a péssima distribuição da propriedade, da riqueza e da renda; os elevados e vergonhosos níveis de pobreza e miséria da maio-

Os planos econômicos, apesar de radicais e, mesmo, inconstitucionais, têm fracassado

ria da população do País; a péssima qualidade dos serviços públicos oferecidos à população e sua má distribuição; e as péssimas condições de vida no campo e a conseqüente migração para as cidades, gerando uma deterioração urbana impossível de ser revertida sem reformas estruturais importantes.

Se, por um lado, esta nova correlação de forças sociais constituiu um dos principais componentes da instabilidade econômica vivida ao longo dos anos de 1980 – devido às resistências geradas entre os grupos sociais mais ricos e poderosos em abrir mão de parte de seus benefícios para melhorar a qualidade de vida da massa da população –, por outro, ela é também a principal responsável por ganhos significativos obtidos por camadas importantes da população, que conseguiram se organizar em torno de objetivos consistentes.

Protagonistas políticos. Entretanto, o ponto fundamental do processo de aumento da organização social é que seu desenvolvimento tende a gerar aumento da participação dos grupos sociais mais fracos e despossuídos, dando-lhes voz no processo decisório, em termos político e institucional, com forte influência sobre os destinos do País. Este direito à voz, que sempre foi negado à maioria da população, é pressuposto imprescindível para a melhoria das condições de vida destes grupos sociais – uma situação inédita na história brasileira.

Visto por este prisma, a afirmação de que os anos de 1980 foram uma “década perdida” constitui um amesquinhaamento da discussão política, uma tentativa de reduzir a reflexão dos destinos do País ao seu aspecto puramente econômico, ao setor formal da economia, aos



destinos dos grandes grupos econômicos e das grandes empresas, enfim, às suas dimensões unicamente conjunturais. É fundamental inverter-se o centro do debate econômico no Brasil. O vital, para este País, é a discussão das propostas alternativas de desenvolvimento econômico e social, e as medidas que, ao mesmo tempo que ataquem os sérios problemas estruturais da sociedade brasileira, enumerados acima, sejam capazes de direcionar a economia para a estabilidade monetária. Esta inversão tem como objetivo principal colocar no centro da discussão os principais problemas do País, quais sejam:

a) a urbanização descontrolada, gerada pela péssima qualidade de vida e alta incidência de pobreza no campo, resultado da elevada concentração da propriedade rural, e que tem gerado a destruição das cidades brasileiras como locais onde se pode viver de forma decente e civilizada;

b) a oferta de alimentos para a massa da população que, apesar do tamanho do País e da abundância de recursos naturais, apresenta hoje níveis nutricionais dos piores do mundo;

c) a infra-estrutura básica, aqui incluindo-se as precárias condições de fornecimento de água e esgoto

para a maior parte da população rural e urbana, a questão da saúde pública, além da reconstrução da infra-estrutura econômica destruída por anos de ausência de investimentos, mesmo em manutenção; e

d) a educação, em um País que tem cerca de 25% de sua população analfabeta e que é incapaz de oferecer educação de qualidade.

Preço perverso. É a partir destes problemas-chaves que se coloca a questão do crescimento econômico, baseado na expansão do mercado interno, com aumento dos salários reais e da produtividade do trabalho. Este aumento da produtividade, no caso, não pode ser considerado origem do aumento de salários, mas sim sua conseqüência, na medida em que uma força de trabalho desqualificada, desnutrida e que vive abaixo dos níveis mínimos de qualidade de vida exigidos por uma sociedade civilizada, não pode ser a base para o crescimento da produtividade e da economia como um todo.

Ao longo dos últimos quarenta anos, o capitalismo brasileiro conseguiu crescer de forma acelerada, sem realizar importantes reformas de base, que permitiriam socializar os benefícios deste crescimento para a maioria da popula-

ção. O custo desse caminho foi mais desigualdade e pobreza. Foi exatamente esse processo que chegou a um limite nos anos de 1980, uma vez que os grupos menos favorecidos se organizaram e passaram a lutar por uma maior participação nos frutos do crescimento.

O que se observa, no Brasil de hoje, é o impasse criado por uma estratégia de desenvolvimento que privilegiou o atendimento às demandas de grupos mais ricos e poderosos, em detrimento daqueles mais pobres e necessitados da população. A persistência da desorganização social, combinada com o autoritarismo vivido pelo País entre 1964 e 1985, mas-



O Estado se viu diante da necessidade de redefinir seus programas e objetivos, incluindo neles, como prioridades, problemas prementes da sociedade brasileira

carou os problemas sociais e relegou grandes parcelas da população a viverem em condições inaceitáveis de miserabilidade.

Caminhos alternativos. O aumento da organização social, observada

ao longo dos anos de 1980, ao contrário do que se pode inferir a partir da idéia de “década perdida”, é um primeiro sinal de que a sociedade brasileira começa a despertar para uma discussão mais profunda das suas possibilidades de desenvolvimento com mais igualdade e justiça social. A crise econômica, que reduziu as oportunidades de emprego e de criação de renda, teve o efeito de colocar na ordem do dia, para a população brasileira, a escolha de um caminho alternativo no qual o mercado interno seja um dos motores para o crescimento econômico, e que as condições de vida da população tenham um pa-

pel primordial no desenho e implementação da política econômica de qualquer governo.

Neste sentido, apesar da estagnação econômica e dos elevados níveis de pobreza e miséria da população, o Brasil está hoje mais próximo de um ideal no qual a idéia de Nação e de cidadania sejam parte integrante do dia-a-dia de seus habitantes.

José Márcio Camargo é professor do Departamento de Economia da PUC/RJ e presidente do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ).



LEIA E ASSINE **TEMPO E PRESENÇA**

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

<input type="checkbox"/> Assinatura anual	Cr\$ 2.000,00
<input type="checkbox"/> Assinatura de apoio	Cr\$ 2.500,00
<input type="checkbox"/> Exterior	US\$ 400,00
<input type="checkbox"/> Número avulso	Cr\$ 50

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 - CEP 22211 - Rio Janeiro - RJ.

A CRISE FINANCEIRA E A CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM ECOLOGIA

A armadilha que envolve a conversão da dívida, inclusive em projetos ecológicos, levará o País ao agravamento e prolongamento da dramática situação vivida nos últimos anos

Paulo Davidoff C. Cruz

A segunda metade dos anos de 1980 evidenciou a inexequibilidade das políticas ortodoxas de ajuste e da continuidade da remessa de recursos reais ao exterior nos termos originalmente impostos pelo FMI e pelos banqueiros internacionais. Condicionantes sociais, políticos e econômicos determinaram uma sucessão de moratórias, declaradas ou não, que significaram, em última instância, a impossibilidade do pagamento da dívida externa. Os próprios governos dos países credores começaram a adotar discursos menos ortodoxos e a propugnar a busca de soluções “novas e criativas” para o problema da dívida externa.

A proposta da conversão. Nesse contexto, a conversão — mecanismo através do qual um investidor compra um título da dívida externa no mercado secundário, pela cotação de momento, e o troca por dinheiro do país devedor — passou a ser apregoada como uma solução muito vantajosa para devedores e credores. Mais recentemente, a conversão passou a ser apontada também como uma forma altamente desejável de financiamento de projetos ecológicos, sendo que, nesse caso, se atingiria o melhor

dos mundos: de um lado, o estancamento da sangria financeira a que estão submetidos os países endividados; e, de outro, a liberação de recursos para a aplicação em projetos nobres, fundamentais para a sobrevivência da humanidade.

É verdade que o mecanismo da conversão é extremamente interessante para os bancos credores. Em primeiro lugar, por incrementar a procura de títulos no mercado secundário, o que enseja sua valorização. Lembre-se, a respeito, que a venda de títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário alcança, atualmente, não mais do que 25% do valor original. Em segundo lugar, porque os bancos credores acabam por beneficiar-se de deduções tributárias e de outras vantagens junto aos governos dos respectivos países. Em terceiro lugar, o mecanismo de conversão abre ao credor a possibilidade da realização de negócios altamente lucrativos em moeda local, tendo por base títulos completamente desvalorizados no mercado internacional. Por fim, mas não menos importante, tais operações, dependendo dos projetos e dos atores envolvidos, terminam por constituir instrumento de legitimação da pró-

pria dívida externa, enfraquecendo as contestações oriundas do movimento sindical, das igrejas, de setores populares, das organizações não-governamentais (ONGs), etc.

Contudo, o cenário é bastante diverso quando se discute o interesse dos países devedores ou, mais exatamente, das parcelas majoritárias das populações desses países. No caso do Brasil, é bom lembrar, antes de tudo, que a dívida externa foi estatizada no bojo de um amplo processo de socialização de prejuízos. A partir da estatização, os encargos da dívida externa provocaram uma monumental sangria nos cofres públicos e, conseqüentemente, uma crise financeira sem precedentes na história recente das finanças do setor público brasileiro. A crise é de tal magnitude que, mesmo sob o comando de governos ditos liberais, o País se encontra em moratória não declarada junto aos bancos privados desde meados de 1989, ao mesmo tempo em que são promovidos confisco das poupanças domésticas, cortes dramáticos nos gastos públicos, arrocho nos salários dos trabalhadores públicos, etc., tudo sob justificativa da necessidade premente do reequilíbrio das finanças governamentais.

Proposição enganosa. Nessa conjuntura de crise, a proposição aparentemente óbvia de que a conversão da dívida externa é boa para o país devedor — pois abate uma dívida em moeda estrangeira, extremamente custosa ao país, em troca de recursos locais, abundantes e baratos — é evidentemente enganosa. Dadas a estatização da dívida, a crise financeiro-fiscal do Estado e a moratória parcial que tende a se prolongar, o resultado da conversão é muito diverso daquele usualmente propalado. Quando o detentor do título da dívida externa — adquirido através de doação ou de compra no mercado secundário com enorme desconto — entrega-o ao governo em troca de moeda local, dois efeitos principais ocorrem sobre as finanças públicas, a saber:

a) o governo, ao receber o título da dívida externa, faz o cancelamento dessa dívida. O cancelamento, na atual conjuntura, é basicamente contábil uma vez que o País paga apenas parcelas diminutas dos serviços da dívida desde meados de 1989;

b) o governo coloca à disposição do detentor do título da dívida um montante equivalente em moeda local (descontados os eventuais

tamente escasso.

Como agravante, é bom ter presente que não há, no caso brasileiro, qualquer dispositivo legal que assegure a troca automática dos títulos da dívida externa por cruzeiros. Isso significa que o portador do título não tem direito assegurado sobre a moeda local, e depende, em cada caso, de regulamentação específica a ser procedida pelo governo. Desta forma, o acesso aos cruzeiros da conversão fica submetido ao arbítrio da política monetária — creditícia — e às benesses

É bom lembrar, antes de tudo, que a dívida externa foi estatizada no bojo de um amplo processo de socialização de prejuízos

educação, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, etc., num país onde as carências históricas foram dramaticamente agravadas ao longo da “década perdida”. Mas, ainda, é de interesse que os recursos públicos sejam utilizados prioritariamente no combate à estagnação e à vergonhosa concentração de renda vigente no País.

Correio Braziliense



O mecanismo de conversão abre ao credor a possibilidade da realização de negócios altamente lucrativos em moeda local

deságios) para gastos no País. Para tanto, tem que mobilizar cruzeiros, o que, na crise, redundará em novos cortes nos gastos essenciais, em maior arrocho salarial, em novos confiscos, etc., ou, alternativamente, em nova dívida interna.

Por outras palavras, no quadro atual, a conversão em nada modifica a situação cambial do País, mas, em contrapartida, introduz um novo elemento de disputa do dinheiro público que a crise e a sua forma de administração tornaram violentamente

que lhe são peculiares, o que, evidentemente, exclui aquelas entidades efetivamente independentes da tutela governamental.

Caminho ardiloso. É certo que a discussão sobre as formas de mobilização, bem como sobre os critérios de uso dos recursos públicos, é fundamental para os setores populares, as ONGs, as igrejas, etc. Projetos relativos ao meio ambiente podem ser de interesse, da mesma forma que o são aqueles relativos à

Contudo, não há qualquer razão para que se apoiem projetos ecológicos — ou outros igualmente relevantes — financiados através do ardiloso caminho da conversão. Títulos velhos e desvalorizados da dívida externa brasileira não devem ser transformados em títulos da dívida pública interna, nem em cortes adicionais nos já combalidos gastos públicos, em troca de um alívio fictício nas contas externas do País e de ganhos reais para os banqueiros internacionais.

Paulo Davidoff C. Cruz é professor do Instituto de Economia da Unicamp, e assessora o Projeto Especial Dívida Externa, do CEDI.

ENTRE O MARTELO E A BIGORNA

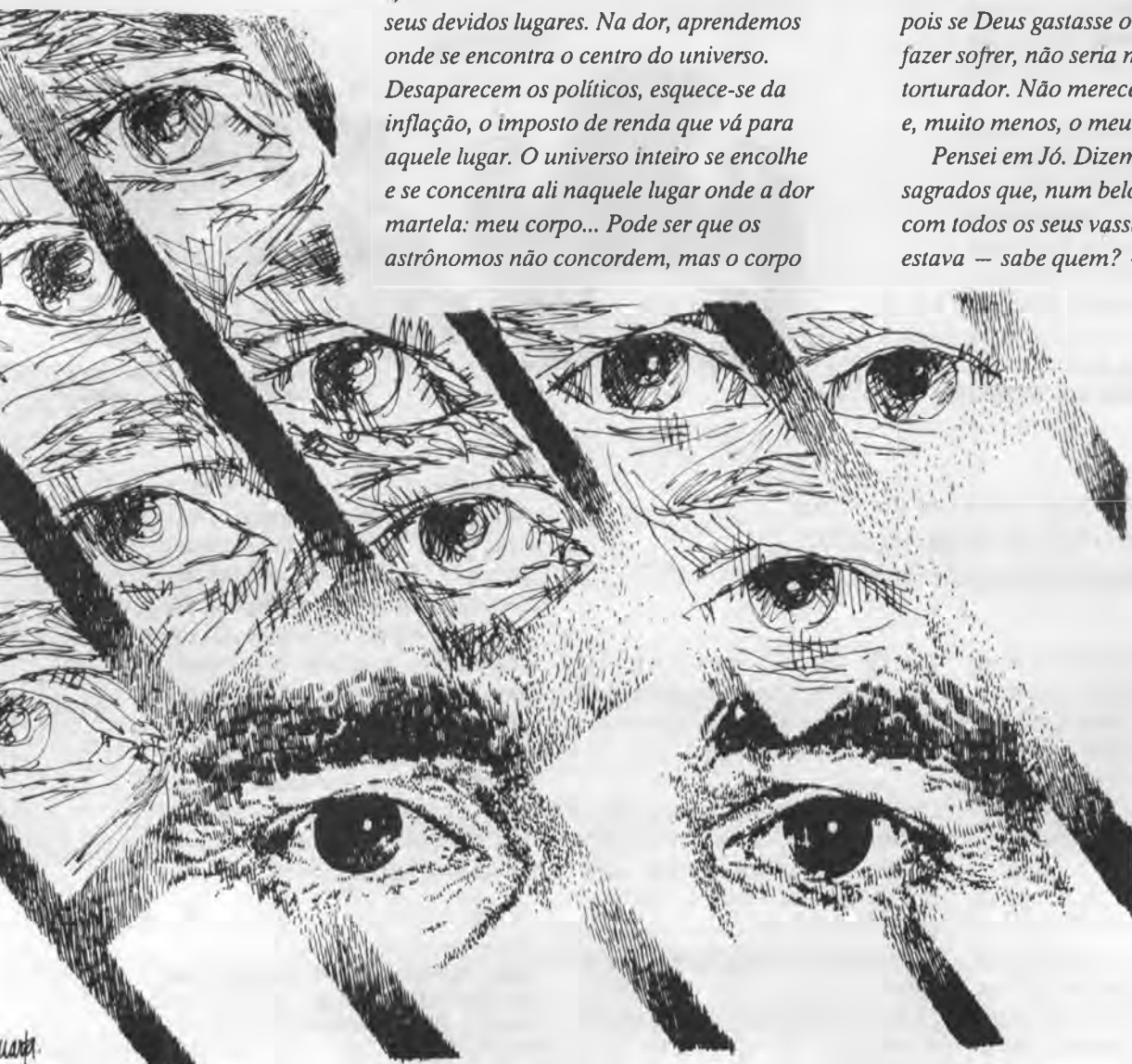
Falam muito mal do Diabo. Concluí que isso é coisa injusta, maledicência. Tenho estado conversando com ele, e, pelos pensamentos que me fez pensar, cheguei à conclusão de que ele não é o vilão que todos dizem...

Tudo começou no hospital, ao martelar da dor de uma hérnia de disco. A dor tem o efeito de colocar as coisas do mundo nos seus devidos lugares. Na dor, aprendemos onde se encontra o centro do universo. Desaparecem os políticos, esquece-se da inflação, o imposto de renda que vá para aquele lugar. O universo inteiro se encolhe e se concentra ali naquele lugar onde a dor martela: meu corpo... Pode ser que os astrônomos não concordem, mas o corpo

sabe que ele é o centro do universo. E, de repente, percebemos, com imensa clareza, quão tolos somos. A dor nos diz que a grande maioria das coisas pelas quais perdemos o sono, a calma e a beleza (às vezes até viramos lobisomens...) não têm a menor importância.

Foi aí que me lembrei do Diabo. Porque a dor é coisa dele. De Deus é que não é, pois se Deus gastasse o seu tempo em me fazer sofrer, não seria melhor que um torturador. Não mereceria o meu respeito e, muito menos, o meu amor...

Pensei em Jó. Dizem os poemas sagrados que, num belo dia, Deus se reuniu com todos os seus vassalos. E, entre eles, estava — sabe quem? — ele, Satã, o



adversário. Inicia-se, então, uma conversa cortês entre os dois, Deus e o Diabo. Depois de perguntar sobre suas andanças, e de ser informado de que ele havia vindo de passear por toda a Terra, Deus lhe pergunta:

— Você já viu o meu servo Jó? Homem extraordinário. Nele só existem coisas boas. Jó é uma canção de beleza. Ah! Como me deleito, escutando sua música!

— Não é para menos — respondeu o Diabo. — Pois tu o tens cercado só de coisas boas. Estranho seria se não estivesse cantando. Mas deixa que eu o submeta a um teste. Deixa que eu o ponha sobre minha bigorna e lhe bata com o meu martelo! Vamos ver se, depois de esmigalhados os supérfluos, quando ele estiver absolutamente só com a sua verdade, ainda a mesma música se fará ouvir...

E me veio, então, a curiosa idéia de que o Diabo é o encarregado do controle de qualidade do ser humano. Ele não acredita nas aparências. Vai descascando a gente como se fôssemos cebola, casca a casca, até chegar lá no interior escondido, para ver o que é que tem lá. Existirá algo? ou será só o vazio?

Pensei isso porque é precisamente que a dor faz: ela tira todas as cascas, destrói todos os supérfluos, até que só sobra, lá no fundo, aquilo além do que não se pode ir. E essa é a hora da verdade.

Por isso que parei de chamá-lo de Tentador — uma palavra carregada de sugestões morais, como se o seu negócio fosse enganar e lançar no inferno. Prefiro, antes, chamá-lo de Testador, aquele que nos faz passar pelo teste, que nos submete ao controle de qualidade, para ver se, dentro da bela viola, não existe só pão bolorento.

Outros textos sagrados são mais radicais ainda, e sugerem que o Diabo não é uma entidade à parte, mas é o “lado de trás de Deus”. O Testador é Deus, quando ele

pega a bigorna e o martelo. Pois foi isso que ele fez com Abraão, homem bom e feliz, que não se cansava de tocar em sua flauta os mais belos louvores à vida, pela alegria de um filho nascido além de todas as esperanças. E se diz que chegou o momento em que Deus resolveu fazê-lo passar pelo teste. “Abraão, Abraão, toma o teu filho, o teu único filho, a quem amas, e oferece-o como sacrifício sobre as montanhas...” Vamos ver, Abraão, se sem o seu filho, você continuará a tocar a sua flauta... Vamos ver se você será capaz de “conter a morte, a morte inteira, docemente, sem se tornar amargo...” (Rilke).

E dizem também os relatos do Novo Testamento que foi o próprio Espírito que empurrou Jesus para o deserto (lá, onde a solidão é total; lá, onde se diz: “Estou perdido!”; lá, onde todos os gritos por socorro são inúteis; lá onde não existe nem água e nem pão; lá, onde se ouve o rugir da morte bem próximo...) para ser testado pelo Diabo.

Só se sabe a verdade que mora dentro da gente quando a cebola chegou ao fim, e já não temos nenhum artifício de defesa, nenhum buraco onde nos esconder, nenhuma máscara de sorriso, nenhum desodorante que disfarce o mau cheiro, nenhuma barulheira de festa e de ação que nos distraia do encontro com o Abismo.

Lá, no meio da dor, no hospital, fazendo estas meditações mefísticas, o toca-fitas tocava uma sonata de Beethoven. E me veio uma afirmação, que nem mesmo minha dor conseguiu silenciar:

Nem mesmo toda a dor do mundo poderá alterar este fato, que esta sonata é infinitamente bela, e o será por toda a eternidade, ainda que não reste ouvido algum para ouvi-la.

Pois é: até fiquei agradecido ao martelo e à bigorna, pelos pensamentos que me fizeram pensar...



O DIVINO DESCONHECIDO

Ivone Gebara

O Divino Desconhecido, por vezes, nos apavora, ameaça, faz tremer... Para ele não há imutáveis previsões, nem firmes certezas, nem cálculos exatos.

Sua lógica-surpresa não se dá a conhecer nos limites do cotidiano, das relações pessoais, das expectativas, dos desejos de ternura, dos suspiros sem nome ou do reencontro com a pessoa amada.

O Divino Desconhecido nos deixa como que suspensos na existência, como que andando na corda bamba sem saber se o próximo passo nos leva ao abismo ou ao pedacinho ainda não pisado da corda que nos sustenta...

Por que chamar o Desconhecido de Divino?

Por que dar-lhe o mesmo qualificativo do divino Amor, da divina Justiça, da divina Esperança?

O Desconhecido é divino no seu mistério, no tremor que provoca, nas dimensões insondáveis que o constituem e que nos ultrapassam, no temor que provoca em nós, temor que invade nosso corpo, nosso coração, nossas ações, enfim, a própria continuidade da existência.

Ele é divino porque nos lembra a precariedade do humano, sua finitude, sua fragilidade fundamental...

É divino porque, em certo sentido, é "divindade" acima de nós, porque nos provoca a retomarmos em nós as dimensões



do humano, a nos lembrar de que, apesar de todas as previsões da ciência e da técnica, há o MISTÉRIO MAIOR, a força que irrompe sem que saibamos de onde veio nem para onde vai.

O Divino Desconhecido ameaça até o Amor, a Justiça, a Esperança e, imaginem, até a própria Morte. Envolve-os com seu manto de nuvens espessas, obscurece-lhes o caminho, marca-as com sua lógica própria.

O Divino Desconhecido incomoda porque nos habituamos ao mundo do conhecido, do previsto, das horas marcadas, dos compromissos agendados, da "bendita" rotina...

Quer queiramos quer não, o Desconhecido nos atinge mesmo quando não desejamos acolhê-lo, mesmo se o rejeitamos, mesmo se buscamos intensamente fugir dele... Ele se impõe como evidência, como intruso, como "posseiro" indesejado, como divindade diante da qual é preciso dobrar os joelhos e acolher as exigências...

O Divino Desconhecido chega como um ladrão invadindo a casa, como uma tempestade não anunciada, derrubando móveis e utensílios, provocando inundação de água e de lágrimas, trovões e gritos de dor...

Ninguém foge às suas malhas envolventes... Por isso, o Divino Desconhecido faz a gente rezar, às vezes sem sabermos para quem... Rezar para o Desconhecido, rezar para exorcizar o medo, para tentar reconstruir a confiança ameaçada, para continuar esperando que a tempestade passe, para continuar desejando ver de novo o brilho do sol, a serenidade do céu estrelado, a dança colorida das flores e o sorriso amado.

Ivone Gebara é teóloga católica, professora de filosofia e teologia, e autora do livro "A mulher faz teologia" (Vozes, Petrópolis, 1986).

MORTES PÚBLICAS, ANÔNIMAS E COTIDIANAS

Esther Maria de M. Arantes
Maria Lúcia do Eirado e Silva

As estatísticas sobre mortalidade na população brasileira são alarmantes e conhecidas do grande público. Divulgadas pela imprensa e constando das preocupações de discursos oficiais, incluem situações diversas, como acidentes, doenças, desnutrição, assassinatos, infecções hospitalares, etc.

Na medida em que o número destas mortes está a apontar claramente para condição de vida de extrema pobreza e violência, torna-se imprescindível indagar de que modo estas situações estão sendo vividas e pensadas na vida social, e que soluções têm sido propostas ou encaminhadas.

Ao analisarmos o que tem sido divulgado para o grande público, constatamos a predominância de um saber sobre a morte do tipo estatístico e técnico – uma perícia contabilizadora e administrativa, sobre a qual ressoam apelos ao espírito cívico, à caridade pública e à adoção de medidas repressivas para lidar com as causas. Causas, aliás, não estudadas, quando a incidência de tantas formas de mortes são meramente registradas.

Embora estes tipos de abordagens e apelos possam eventualmente ter alguma utilidade, é necessário indagar sobre seus efeitos concretos no que se refere tanto à produção do conhecimento quanto à ação com vistas a mudanças efetivas do quadro assustador que as estatísticas tão friamente nos apresentam.

Uma primeira constatação é que

a predominância de discursos técnicos e administrativos tem significado um empobrecimento cultural, excluindo da vida social um pensar sobre a morte de natureza teológica, filosófica, antropológica, etc. Os números passam a representar situações que, se não são

propriamente esquecidas, são sutilmente mascaradas pelo tecido das informações e pelas promessas de medidas imediatas e imediatistas. Produzindo-se como descartáveis o pensamento e os problemas do homem – na medida em que há este distanciamento em relação ao que de propriamente humano existem nas questões tratadas –, o que está em jogo não é apenas a reflexão que se possa fazer a este respeito, mas a própria existência dos homens e certos tipos de sociabilidade. Daí considerarmos que o que se esconde por trás de um saber técnico, estatístico, pericial e das medidas por ele justificadas, é o anonimato cada vez maior das mortes públicas no asfalto, nas máquinas das fábricas, nas filas dos hospitais ou nos conflitos pelo uso e posse da terra.

Acostumados a tragédias de grandes proporções (60% da população encontra-se abaixo da linha de

pobreza); afastados de envolvimento pela dinâmica urbana do medo; embrutecidos pela banalização do corpo morto batizado como *presunto*; perdem, a morte e o morto, na nossa sociedade, seu conteúdo trágico, de finitude, de corpo sagrado, histórico e cultural. Assim produzida – sem dignidade –, torna-se a morte anônima, técnica, burocrática.

Mas se esta indiferença pode ser

constatada em relação ao morto, é porque já se encontrava morto em vida, jurado de morte. Pensado como excedente, improdutivo e por não valer o investimento nos cálculos de custo e benefício, não merecerá o pranto dos amigos, o reconhecimento público de sua impor-

tância, ou mesmo a investigação sobre as circunstâncias de sua morte, para que algum consolo possa ainda ser oferecido à família e alguma satisfação à sociedade.

Há toda uma população que não conta, da mesma forma que um saber que poderia ser uma reflexão sobre isto se torna, também ele, morto, assassinado. Pois o seu discurso seria capaz de revelar a humanidade na conjuntura dos fatores que geram tantas mortes, tão diversas; e sua prática, capaz de encontrar os espaços por onde resgatar a dignidade cotidiana dos grupos e pessoas que concretamente se encontram sob risco de morte, tornando-se companheiros para criarem uma nova vida.



Esther Maria de M. Arantes é professora do IESAE/FGV e UERJ, e Maria Lúcia do Eirado e Silva é professora do IESAE/FGV

ARGENTINA

DO NACIONALISMO DE PERÓN À DOLARIZAÇÃO DE MENEM

A dolarização da economia na Argentina é a expressão mais nítida de todo um processo de desnacionalização e de liquidação da própria soberania nacional

Paulo R. Schilling

Por haver constituído durante mais de um século o informal VI Domínio de Grã-Bretanha e o "El Dorado" para milhões de europeus marginalizados pela Revolução Industrial, a Argentina terminou assumindo características mais européias do que americanas.

Enquanto a diplomacia brasileira, dentro da estratégia estabelecida pelo Barão do Rio Branco, sempre tratou de vincular o destino do País ao de Washington, a chancelaria argentina, com base nos ensinamentos de Roque Saenz Peña, opôs-se sempre às pretensões hegemônicas contidas na Doutrina Monroe. Durante a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da fi-

gura dominante de Juan Domingo Perón, o sentimento antinorte-americano fortaleceu-se intensamente no país do Prata.

Nacionalismo e populismo. Como o getulismo no Brasil, o peronismo tinha como fundamentos ideológicos básicos o nacionalismo e o populismo. Em consequência, Perón chegaria ao poder sob fogo cerrado do Departamento de Estado norte-americano. A intervenção ianque foi tão ostensiva e brutal que a primeira vitória eleitoral do caudilho foi, em grande parte, conseguida graças a um *slogan* antiimperialista: "Braden (o embaixador dos EUA em Buenos Aires) o Perón".

Convencido de que a independência econômica somente seria possível através da unidade dos povos latino-americanos, Perón tratou de ganhar Vargas e Ibañez (presidente do Chile) para o "Pacto do ABC", um projeto de integração regional que tinha como objetivo o desenvolvimento sem a tutela norte-americana. Como Vargas, sem maioria parlamentar em seu segundo mandato, não pôde cumprir a palavra empenhada, da tentativa integracionista restou somente a advertência de Perón para as gerações futuras: "El año 2000 nos encontrará unidos ou dominados".

Menem, no governo. O peronista Carlos Menem foi eleito num pleito com características de plebiscito. O resultado significou o repúdio à política liberal de Raul Alfonsín, que agravava ainda mais a crise a que a ditadura militar havia lançado o país. A maior prova do total fracasso do governo Alfonsín foi dada pelo fato de ele haver antecipado espontaneamente o fim de seu mandato.

Como muitas vezes antes na História, os anseios populares manifestados através do voto foram frustrados. A traição de Menem ao ideário peronista ficou evidente em seus primeiros atos de governo: entregou a direção da economia a um "capo" de Bung & Born (o famigerado truste dos cereais, considerado pelos peronistas o inimigo número um da Nação) e a Álvaro Alsogaray, o teórico do liberalismo mais extremado.

Com as massas peronistas cansadas, desiludidas, desmoralizadas por três décadas de crise, acurralhadas pelo desemprego e pelo subemprego, pelos salários reais, e os serviços sociais cada vez mais deteriorados, Menem trataria de completar a obra dos militares e do governo liberal de liquidar o que ainda existia de soberano no país.

Apesar de que a Rodada Uruguai (projeto que modifica o GATT - acordo internacional de tarifas) ainda não foi aprovada e de que os

"Mendez" é como os argentinos se referem a Menem



Agência JB



ARGENTINA

Área:

2.766.889 km².

População:

31.029.694

(est. 1986).

Demografia:

11 hab/Km².

População urbana: 84%.

População economicamente ativa:

10.884.000 (1985); desse total, 12%

se dedicam à agricultura, 28% à

indústria, 59% ao setor de serviços.

PNB per capita: US\$ 2.130 (1985).

Dívida externa: US\$ 54.500

milhões em 1987. O serviço da

dívida consumiu 56,2% das

exportações em 1987.

Saúde: Há um médico para cada

500 habitantes, e um leito

hospitalar para cada 176.

Esperança de vida: 67,1 anos

(homens) e 73,7 anos (mulheres).

Mortalidade infantil: 3,4%.

Educação: Há 6,1% de analfabetos

(5,7% homens e 6,4% mulheres).

Fonte: Almanaque Abril 89.

países centrais continuam com suas políticas protecionistas e de subsídios às suas exportações, Carlito Menem apressa-se em abrir as fronteiras econômicas da Argentina. Pelo Plano Caballo II (o décimo primeiro do governo Menem), as importações ficaram sujeitas a três tipos de taxa-ção: 22% *ad valorem* para os manufaturados com similar nacional, 11% para produtos intermediários, e zero para insumos. Menem emula com Collor e Salinas (o presidente mexicano) para ver quem consegue oferecer mais vantagens ao sistema capitalista internacional, obviamente em detrimento da soberania de nossos países.

Neoliberalismo. Essa política aberrantíssima se verifica num momento em que os países centrais, fracassadas as negociações da Rodada Uruguai, reativam suas políticas protecionistas e de subsídios. A Argentina é uma das maiores vítimas dessa política. Por exemplo, o trigo francês, pago aos produtores

a US\$ 200 a tonelada, é oferecido ao Brasil por US\$ 70, concorrendo deslealmente com o argentino cujo preço de exportação é de US\$ 80.

Outro dos objetivos básicos da política neoliberal de Menem é a privatização das empresas do Estado. Ele pretende privatizar todas, mas, em razão da resistência dos trabalhadores argentinos, até agora somente conseguiu vender duas estatais importantes: Entel (telecomunicações) e Aerolíneas Argentinas. O processo de privatização da Aerolíneas (transferida à Ibéria, de origem espanhola) constitui um ótimo exemplo de como os governos neoliberais latino-americanos estão alienando o patrimônio público, cometendo verdadeiros crimes de lesa-soberania. Ibéria pagou somente US\$ 130 milhões à vista, e comprometeu-se a pagar o saldo de US\$ 2,1 bilhões em títulos da dívida externa argentina (que podem ser adquiridos no mercado paralelo de Nova Iorque entre 12 e 15% de seu valor nominal). Por não cumprir o contratado, a empresa espanhola tratou de vender três "Boeing 737" da Aerolíneas para pagar o crédito da própria Aerolíneas. Fantástico...

Austral convertido em dólar. Igual ao que o governo Collor pretende fazer aqui no Brasil, a venda é feita com base nos valores contábeis do ativo da empresa privatizada. Foi assim que um "Boeing 707" foi transferido a US\$ 3,00. Repetindo, a três dólares...

Culminando todo esse processo de desnacionalização da economia e de liquidação da própria soberania nacional, o Plano Caballo II estabeleceu a livre convertibilidade do dólar. Como o "balboa" do Panamá, o austral (vinculado, por lei ao dólar, na proporção máxima de dez mil austrais por dólar), passa a ser uma moeda secundária, subsidiária, atrelada ao signo monetário norte-americano. Inclusive na contabilidade oficial da nação argentina, a moeda passará a ser o dólar.

Flávio Tavares, um dos grandes do jornalismo brasileiro, escreve de Buenos Aires: "A Argentina tem duas bandeiras – uma militar e outra civil – e duas datas de independência, 25 de maio e 9 de julho. Mas já não terá moeda nacional".

O jornal "O Estado de São Paulo" não pode ser acusado, por motivos óbvios, de nacionalista. Pois a medida de Menem, ao oficializar o dólar como signo monetário na Argentina, conseguiu escandalizar até os Mesquita: "A senhoriagem é o símbolo mais patente da soberania nacional e, assim, quando um país abre mão do direito de livremente emitir sua moeda, como é o caso da Argentina de hoje, está proclamando a sua renúncia como Nação" (22/3/91).

A economia e as finanças argentinas, a sua política orçamentária e fiscal e, muito especialmente, seu comércio exterior passarão agora a

Como muitas vezes antes na História, os anseios populares, manifestados através do voto, foram frustrados

depender das decisões do FED (o banco central norte-americano), o organismo que regula a emissão do dólar e estabelece os índices de maior ou menor liquidez no mercado dos Estados Unidos. Como o FED é independente do governo de Washington, a situação é ainda mais humilhante: a vassalagem de Buenos Aires não será para com o governo norte-americano, mas sim para com uma instituição que, apesar de sua 'independência', reflete os interesses dos monopólios e dos bancos nos Estados Unidos.

Por incrível que pareça, já começam a surgir aqui no Brasil os defensores da dolarização de nossa economia. Confirmar-se-á, uma vez mais, a 'tese' do "efeito Orloff"?

Paulo R. Schilling é economista, e assessoria o Projeto Especial Dívida Externa, do CEDI.

“AOS SEUS ELE O DÁ ENQUANTO DORMEM”

Milton Schwantes

É da terra que se ‘arranca’ o alimento. Sabe-o quem vem da roça. Conhece-o quem planta e colhe. E é coisa bonita. Por certo, há o momento suado da preparação da terra. Há o saber especializado da escolha da semente, de seu plantio na hora certa. Há o cuidado com a planta que cresce, que se expande. São dias de duro trabalho, de suor intenso. Mas a terra dá. Tem sua força, escondida dentro dela. Tem esta magia da terra que não nos nega suas forças de germinação, de crescimento, de maturação.

Por isso, nem é preciso ‘arrancar’ com tanto ímpeto. É só esperar. A seu tempo ela dá seus frutos, com abundância, com gratuidade. “A terra por si mesma frutifica”, dizia Jesus (Mc 4.38). “Produz a trinta, a sessenta e a cem, por um” (Mc 4.8).

“NO SUOR DO ROSTO COMERÁS O TEU PÃO”

Mas, não é do suor que vem o pão? Não é preciso ‘arrancá-lo’, pedaço por pedaço?

Lógico, quem trabalha, sua. Isso já acontecia no próprio Jardim Éden. Nesse “paraíso” havia trabalho. Cultivava-se e guardava-se o Jardim (Gn 2.15). Para fazê-lo, Adão e Eva suavam. E, por certo, se alegravam com o suor.

Há suor e há suor. Há aquele do Jardim Éden, aquele que é parte do trabalho, aquele que te dá a certeza de estar fazendo coisas bonitas, criativas, aquele que te dá a impressão que a vida está valendo a pena. Mas, há também aquele que prenuncia tua morte, aquele que te

desgasta e esgota, aquele que te dá a certeza que tudo é vão e vazio.

Este suor leva à cova. O pão que comes no suor do rosto te faz tornar à terra, como o expressa Gênesis 3.19. Este suor é parte da maldição. É coisa ensinada pela ‘serpente’. Seguir suas orientações, cheias de belas palavras, de enganos e engodos, é ir cavando a própria cova, com trabalho duro, de sol a sol. Aí, trabalho não faz subir, só faz baixar, descer, sete palmos abaixo do chão. Não dignifica, arrasa.

Um momento: Dignifica sim. Faz subir sim. Pois, não há suor que seja em vão. Não há suor que se perca. Tudo é aproveitado, gota a gota, hora a hora, minuto a minuto. É aproveitado por quem explora.

Ensinar, ingenuamente, que é “no suor do rosto que comerás o teu pão” é colaborar com a ‘serpente’. Pelo visto, não temos falado com este tipo de colaboração!

“E O APEDREJARAM, E MORREU”

A terra fascina. É de uma bondade encantadora. Alimenta-nos com variedades mil. Provê para variedades mil. E nem mesmo faz distinção entre justos e injustos. A ambos

concede sol, chuva, comida.

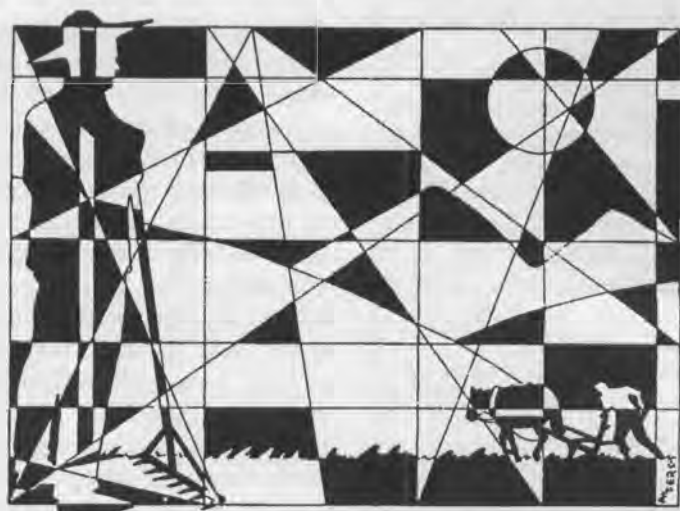
É um ‘tesouro’ que não acaba, ao menos é a impressão que dá. Parece ser inesgotável.

Por isso, há quem insista em controlar esse ‘tesouro’. Nabote, aquele da Bíblia, foi vítima desse desejo, quase incontrolável, que se apossa de alguns em quererem apossar-se da terra inteira. E Nabote só queria plantar e viver. Queria passar seus dias convivendo com aquele pedacinho de chão que já fora de seus antepassados, de sua mãe e de seu pai. “É herança!” É chão sagrado, consagrado pelo suor de gerações.

Pois, apedrejaram e mataram a Nabote e outros tantos depois dele. Milhões, aliás. Fizeram-no para pôr sob controle esse precioso e generoso ‘tesouro’: a terra, a que nos alimenta e sustenta.

Por séculos já estamos nesta angústia. Vivemos em terra cercada, em terra aprisionada. São cercas e prisões que matam. Exterminam pela fome. Liquidam a tiros.

Quão ingênuos seríamos se, após quinhentos anos, deixássemos de ver que a conquista é luta pela terra. Nesta luta há quem se apossa



EM LEONARDO BOFF, SOCIEDADE É ATINGIDA

Mais uma vez a sociedade brasileira e, principalmente, os segmentos eclesiais, foram abalados pela punição do teólogo franciscano Leonardo Boff. Pela quinta vez a cúpula do Vaticano impõe restrições aos direitos de opinião, de livre expressão e do refletir teológico de um dos mais representativos teólogos da libertação.

Desta vez motivaram a punição, segundo amplo noticiário da imprensa no mês de maio, a linha editorial da Revista Vozes, da qual Boff é o redator responsável, e artigos dele sobre o exercício do poder na Igreja e política do Vaticano para a América Latina.

Vivemos um momento em que se proclama que o mundo está ultrapassando a fase de repressão à pesquisa, em todos os seus ramos; a fase de cerceamento à diversidade de opinião; de construção de muros de separação entre as variadas fontes de reflexão e de pensamento; de substituição do autoritarismo pelo diálogo e pela participação.

Exatamente nesta conjuntura, a Igreja Romano-Católica, que tem advogado o pleno exercício dos direitos humanos, impõe punição a um dos seus mais fiéis seguidores. E justamente pelo exercício de expor suas opiniões sobre temas significativos, não só para a Igreja como para a sociedade como um todo.

O argumento de que a instituição eclesiástica tem o direito e o dever de manter a "ordem" no seu corpo social, deve completar-se com a capacidade dos seus dirigentes de saberem unir, de serem perceptíveis às diversas correntes de pensamento. Especialmente numa igreja que se caracteriza como universal, deve-se procurar convergir a dinâmica da rea-



Leonardo Boff

lidade eclesial com o exercício do poder.

O mundo de hoje não aceita mais a exclusividade de um só ponto de vista, a partir do qual os problemas são colocados e decididos. Exige-se, sim, um diálogo enriquecedor, aberto e construtivo, em favor de um mundo mais democrático e humano.

Isso não significa nem desvalorização da autoridade, nem perda de legitimidade. Ao contrário, aumenta a representatividade e coerência, principalmente daqueles cujo fundamento são os princípios de amor e justiça.

A atual punição de Boff está alcançando ampla repercussão e perplexidade, não só no seio das igrejas e no movimento ecumênico, mas na sociedade como um todo. A liberdade de consciência e de livre expressão são direitos inalienáveis, em todos os segmentos da sociedade, e quando são violados, onde quer que isso aconteça, toda a sociedade se sente atingida e expressa o seu protesto e desaprovação.

de tudo, 'apedrejando'. Há quem resiste, em favor da vida. Mil discursos sobre 'encontro de culturas', monumentos e celebrações sem fim não serão capazes de fazer-nos esquecer os cemitérios clandestinos que até não são tão clandestinos assim. Memória que não for memória das vítimas não é a do Crucificado. Não adianta enrolar e nem desconversar. Sol não se tapa com peneira!

"AOS SEUS... ENQUANTO DORMEM"

Neste ambiente de exploração do suor, neste contexto de apossamento da terra por alguns, não se

pode, ingenuamente, glorificar o trabalho. Pois, se ele redimisse, os pobres do Terceiro Mundo seriam mais ricos. Pois, por aqui, somos pobres justamente por trabalharmos. Aqui, quem trabalha não come.

Na Bíblia, há todo um veio crítico ao trabalho, a querer encontrar nele a solução de tudo. Trabalhar e alimentar-se não são idênticos, na Escritura.

Pensemos na tradição do sábado, do descanso das pessoas, dos animais, da terra. Se o suor fosse a solução, o sábado seria tolice. À medida que a Bíblia insiste no sábado, no domingo, enfim, no descanso, o faz em

crítica ao trabalho. Não o nega. Mas o questiona. Afinal, o descanso celebra a gratuidade. Ainda que descansemos, a terra continua a fazer crescer, continua a irrigar-se através das chuvas. Ela não descansa. Pois sua beleza, sua gratuidade, seu encanto, seu sábado está em continuar a florescer, a germinar. É assim que ela vai fazendo justiça. Nós já somos diferentes. Como que precisamos do sábado para nos dar conta das injustiças, para captar os apelos de justiça. Em continuando a correr, em aumentando o suor, em aprofundando as ciências, não aumenta a justiça, não se democratiza o pão. Precisamos do sábado.

O salmo 127 situa-se nesse ambiente que observa o trabalho e as correrias, de modo crítico. Deve ter sido elaborado num período tardio do Antigo Testamento. A meu ver, seu contexto é o quarto século: Os gregos estão invadindo o Oriente. Trazem toda uma nova maneira de organizar o trabalho. Até então o Oriente pouco havia praticado a escravidão. O trabalho escravo é a novidade dos gregos. Impõe-no no Oriente.

Esse salmo observa que todo o afã de construir cidades, de aumentar a produção, de comprar mais e mais escravos, tudo isso não faz a vida melhor. Não são coisas de Deus. Pelo contrário, pioram tudo. Angustiam a vida das pessoas desde a sua mocidade, como o expressa o salmo 129.2.

A toda essa agitação escravagista, a essa nova onda de espoliação, o salmo 127 contrapõe o descanso. Afirma o sono. Promove o repouso. Celebra a preguiça. Comemora a gratuidade da terra que nos dá o alimento:

*Inútil vos será levantar de madrugada,
repousar tarde,
comer o pão que penosamente
granjeastes.*

*Aos seus amados ele o dá enquanto
dormem. (Salmos 127.2)*

Milton Schwantes é pastor na Comunidade Luterana em Guarulhos (SP) e professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS PARTICIPAÇÃO E LUTA SINDICAL

Lena Lavinas

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: PARTICIPAÇÃO E LUTA SINDICAL

Departamento Nacional dos
Trabalhadores Rurais/CUT, São
Paulo, 1991, 58 p., 21x28cm

É ainda pouco conhecida a importância do movimento das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. Importância crescente dentro e fora do sindicalismo, de norte a sul do país, no interior das mais diversas categorias, sejam assalariados, produtores tecnificados ou sem terra.

Mulheres de todas as idades, casadas, solteiras, viúvas ou separadas, como aponta o perfil das delegadas sindicais que partici-



param do I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, realizado em maio de 1990, em São Paulo. Mulheres que reivindicam novos espaços e novas responsabilidades dentro do movimento sindical e que vêm transformando suas “especificidades” em bandeiras de luta do conjunto dos trabalhadores rurais.

“O movimento sindical deve assumir, de fato, a luta contra a discriminação das mulheres como uma questão sindical de interesse de toda a classe trabalhadora”, dizem elas. Para tanto, criaram a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora no Departamento Nacional, nos departamentos estaduais e nos sindicatos, com o propósito, entre outros, de incorporar a discussão das relações de gênero e das formas pelas quais o capitalismo se utiliza da mulher rural para realizar a exploração de classe, e também para elaborar propostas de atuação para a CUT que impeçam práticas sexistas no interior da Central e no conjunto da luta dos trabalhadores.

Além de apresentar retrospectivamente esse processo de constituição de uma nova identidade social

e política – a de mulher trabalhadora rural – através da história de uma vida coletiva, a revista nos brinda com depoimentos de sindicalistas sobre a relação homem-mulher e como transformá-la. Discute os novos desafios que se colocam hoje para o movimento sindical a partir do enfoque classe e gênero e faz uma homenagem à companheira Maria da Penha Nascimento, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, falecida por ocasião de um trágico acidente de carro em março deste ano.

Mas, sobretudo, esse número especial nos conforta na certeza de que, apesar das dificuldades materiais e subjetivas que permeiam nosso cotidiano e nossas crenças, é possível avançar coletivamente na construção de novas práticas sociais e, portanto, igualmente na transformação do imaginário social de forma a vencer todo tipo de discriminação, segregação com base na classe, no sexo ou na raça. A unidade tão indispensável à formulação de projetos coletivos, única maneira possível de operar transformações comprometidas com o progresso social e com a democracia, só é possível verdadeiramente com o respeito às diferenças. É esse o recado das mulheres trabalhadoras rurais!

LANÇAMENTO

ESPINHOSO CAMINHO PARA A LIBERDADE: CONFLITOS NO CAMPO – 1990

CPT & Edições Loyola,
Goiânia, 1991, 64 p., 21 x 28 cm.

“É a certeza da vida que nasce até da morte” que tem motivado a Comissão Pastoral da Terra a apresentar anualmente o seu Relatório de Conflitos no Campo. Muito mais do que números e relatos, a edição de 1991 representa a teimosa criatividade e a esperança de milhões de brasileiros que, no campo, lutam por vida, por terra, por água, por liberdade, por cidadania.

Lena Lavinas é professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional e Urbano – IPPUR/UFRJ.

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS NO CAMPO O ÚLTIMO CLÁSSICO

Regina Novaes

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Leonilde Sérvalo de Medeiros
Fase, Rio de Janeiro, 1989
216 p., 14 x 21 cm

O livro de Leonilde Sérvalo de Medeiros, intitulado *História dos Movimentos Sociais no Campo*, foi editado pela FASE em 1989. Estamos, pois, bastante atrasados em resenhá-lo para apresentá-lo ao leitor de *Tempo e Presença*. No entanto, os dois anos que separam o lançamento do livro e esta resenha nos dão uma vantagem. Hoje podemos dizer que ele se tornou um clássico, no sentido de leitura obrigatória para todos os que se interessam pela questão agrária, particularmente na dimensão dos conflitos sociais que se deram a conhecer de 1945 até os dias atuais.

O livro pode ser comparado com outros dois do gênero: *Os Camponeses e a Política no Brasil*, de José de Souza Martins, lançado em 1980 pela Vozes, e *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*, de Cândido Grybowski, lançado em 1987 pela mesma FASE. São livros que não ficam velhos. Oferecem ao leitor um panorama da produção de conhecimento sobre a problemática, e apontam para os desafios teóricos e práticos que cada conjuntura coloca para as organizações dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o livro de Leonilde cronologicamente completa os dois anteriores, pois chega até à chamada Nova República.

Mas há também uma diferença de estilo entre os três “clássicos”. O

livro da professora Leonilde foi escrito para um público específico: trabalhadores e assessores. A linguagem direta, uma “linha do tempo” com os marcos da história dos movimentos, indicações de romances, vídeos e filmes – que ilustram e fazem pensar sobre as diferentes fases e faces dos movimentos – fazem parte do livro. Leonilde e seus editores procuraram torná-lo adequado a este público, e útil em cursos de formação.

Talvez por isso, aparentemente o livro tenha se tornado mais “descritivo” e menos “teórico”. É aí, no entanto, que reside – a meu ver – sua maior qualidade. Assim como falar de sentimentos é diferente de sentir, falar de teoria é diferente de utilizá-la para melhor compreender a realidade social. Leonilde fala pouco “teoricamente”, mas há uma vigorosa teoria ali presente, na maneira de apresentar a “descrição”. A teoria está presente na apresentação dos personagens, nas ênfases dadas a relações sociais, nos elementos de conjuntura que são destacados, na ausência de necessidade de apontar a “linha justa”...

Por outro lado, o livro é também um bom exemplo de um encontro peculiar que se fez em nosso País (dos rurais) entre a produção acadêmica, via Universidade/entidades de apoio (hoje conhecidas como organizações não-governamentais – ONGs) e as organizações de trabalhadores rurais. O livro tem um pé em cada canto. Um tripé, portanto.

Neste sentido, apresenta-se como um resultado original. Não é igual a um trabalho escrito para os



pares da academia, mas é rigoroso no uso das informações acumuladas no espaço acadêmico. Não é igual a um programa de intervenção social produzido por uma ONG, mas traz a preocupação com a eficácia da assessoria. Não é igual a um documento produzido no âmbito da militância sindical ou partidária, mas não esconde sua paixão. É preciso dizer mais? Confira.

Regina Novaes é antropóloga, professora do IFCS/UFRJ, colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas, do CEDI, e membro do Conselho Editorial da revista Tempo e Presença.

LANÇAMENTO

TEMPUS FUGIT

Rubem Alves
Edições Paulinas, São Paulo,
1990, 110 p., 14 x 21 cm

“Uma das coisas que faço melhor, literariamente, são as crônicas: efêmeras capturas de uma verdade. Em todas elas, uma teologia ‘absconditum’”. Este novo livro de Rubem Alves é uma coletânea de 21 crônicas, onde são abordados, de forma poética, temas próprios do nosso cotidiano. As belas ilustrações das crônicas são de Ana Maria Badaró.

